

A PARADIPLOMACIA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL DE CAMPINAS/SP COM ATORES ESTATAIS E NÃO ESTATAIS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2009-2020)

Guilherme Pacelli Ribeiro da Silva

Universidade Federal do Pampa / Tecnologia em Gestão Pública

Discente – Sant’Ana do Livramento/RS – Brasil

Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

Universidade Federal do Pampa

Orientadora – Sant’Ana do Livramento/RS – Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar as políticas públicas implementadas no município de Campinas/SP, no Brasil, por meio da paradiplomacia direcionada a atores estatais e não estatais da China, entre 2009 a 2020. Essa ferramenta da política pública visa promover a Cooperação Internacional Descentralizada, no âmbito Sul-Sul, dentro de uma arena internacional, propiciando que as agendas de política externa sejam celebradas por meio de atos internacionais, objetivando resolver algum problema público, demanda ou carência local. Partindo do referencial teórico, busca-se apresentar a política externa como uma política pública em prol do desenvolvimento local; por conseguinte, apresenta-se o fenômeno paradiplomático e sua atual configuração no ordenamento jurídico brasileiro e os instrumentos denominados de atos internacionais; e, além disso, todo o contexto histórico das relações sino-brasileiras. A metodologia de pesquisa utilizada é a abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e materializada por procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo classificada como estudo de caso. Na discussão e análise de dados, esse estudo apresenta o município de Campinas/SP por meio de suas potencialidades locais; demonstra-se sua configuração e inserção internacional; contextualizam-se as relações sino-brasileiras entre Campinas/SP com a China; identificam-se as agendas de políticas públicas implementadas através da paradiplomacia. E, por fim, as considerações finais desta pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Política Pública. Política Externa. Desenvolvimento Local. Paradiplomacia. Ato Internacional. Relações Brasil-China.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar las políticas públicas implementadas en el municipio de Campinas/SP, en Brasil, a través de la paradiplomacia dirigida a actores estatales y no estatales de China, entre 2009 y 2020. Esta herramienta de política pública tiene como objetivo promover la cooperación internacional descentralizada en el contexto Sur-Sur dentro de un escenario internacional, permitiendo concluir las agendas de política exterior a través de actos internacionales, con el objetivo de resolver un problema público, una demanda o una necesidad local. A partir del marco teórico, pretendemos presentar la política exterior como una política pública a favor del desarrollo local; Por lo tanto, se presenta el fenómeno paradiplomático y su configuración actual en el ordenamiento jurídico brasileño y los instrumentos denominados actos internacionales; y, además, todo el contexto histórico de las

relaciones chino-brasileñas. La metodología de investigación utilizada es cualitativa, con objetivos exploratorios y materializados a través de procedimientos de investigación bibliográfica, documental y de campo clasificada como estudio de caso. En la discusión y el análisis de los datos, este estudio presenta el municipio de Campinas/SP a través de sus potencialidades locales; se demuestra su configuración e inserción internacional; se contextualizan las relaciones sino-brasileñas entre Campinas/SP y China; se identifican las agendas de políticas públicas implementadas a través de la paradiplomacia. Y, por último, las consideraciones finales de esta investigación académica.

Palabras-clave: Política Pública. Política Exterior. Desarrollo Local. Paradiplomacia. Acto Internacional. Relaciones Brasil-China.

1. INTRODUÇÃO

O sistema mundial pós-Guerra Fria possibilitou a aceleração de processos de transformação. A nova onda de globalização configurou-se como o principal processo que acelerou a aproximação dos Estados e sociedades, aprofundou suas interdependências, mas também enfraqueceu o papel dos Estados nacionais e, em contrapartida, possibilitou a ascensão de novos atores nesse sistema, em nível local, regional e internacional.

O Brasil, na virada dos anos 1980 aos 1990, efetivou sua etapa de redemocratização política, primeiro com o governo do presidente José Sarney (1985-1990), eleito indiretamente, e depois com o governo eleito diretamente de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Esses governos, externamente, se posicionaram de acordo com as demandas do sistema internacional do pós-Guerra Fria. Internamente, e, paralelamente, ampliou-se o processo de desenvolvimento local - ou processo endógeno de mudança - que permitiu aos municípios, por meio da autonomia manifestada na Constituição Federal de 1988, buscar uma espécie de protagonismo por meio da construção das agendas de políticas públicas e, conseqüentemente, objetivando-se encontrar alternativas para a resolução dos problemas públicos locais, inclusive através da inserção internacional. Essa inserção internacional dos municípios abrange variadas denominações na literatura acadêmica, sendo a mais corriqueira a paradiplomacia. O fenômeno paradiplomático surge para explicar essa nova configuração no sistema internacional/global que abarca os novos atores, como: os atores subestatais e os atores não estatais.

Desse modo, Barbosa (2008) destaca que:

[...] a paradiplomacia pode ser considerada instrumento de políticas públicas na medida em que se trata de um conjunto de ações governamentais, praticadas na arena internacional, implementadas para suprir uma demanda, um problema ou uma carência local, que o ambiente externo pode ajudar a resolver por meio da integração e cooperação com entes não centrais estrangeiros. A partir disso, **ações paradiplomáticas são políticas públicas implementadas a partir da ação subgovernamental externa** (BARBOSA, 2008, p. 32, grifo nosso).

Brasil e China se enquadram como grandes Estados periféricos no sistema mundial do período pós-Guerra Fria. De modo correspondente, as relações sino-brasileiras se intensificaram estrategicamente cada vez mais nesse período e, sobretudo, propiciaram um cenário de Cooperação Internacional Descentralizada no âmbito Sul-Sul com esses novos atores que buscam trabalhar de forma integrada para o desenvolvimento de ambos os países.

Com isso, o artigo buscou responder a problemática de pesquisa, que gira em torno de como a atuação governamental de Campinas/SP, com os atores da China num contexto de

cooperação e consecução de políticas públicas, têm contribuído para o desenvolvimento local do município. A hipótese de pesquisa pressupõe que desde 2009, quando a China alcançou o posto de maior parceiro comercial do Brasil, o município de Campinas, acompanhado do Estado de São Paulo, tem recebido anualmente mais delegações de gestores públicos de municípios e províncias chinesas sendo não apenas para o compartilhamento técnico de experiências e conhecimentos de gestão pública, sobretudo também para a realização de cooperações que visem o desenvolvimento local recíproco entre os atores envolvidos. Além disso, corrobora-se que, acompanhado desse processo aparecem algumas multinacionais chinesas que vêm apresentar suas tecnologias ao poder público municipal, que em contrapartida, aproveita as oportunidades como um “*living lab*” para trazer investimentos socioeconômicos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida aos municípios.

Além disto, este artigo também visou analisar o papel da paradiplomacia como instrumento de políticas públicas e os resultados gerados por meio dessa relação bilateral Brasil-China, objetivando o desenvolvimento local do município de Campinas/SP. Os objetivos específicos são a) investigar as áreas públicas setoriais que são impactadas por meio desta relação bilateral; b) analisar os fatores envolvidos no processo de internacionalização do município de Campinas/SP e; c) analisar essa cooperação como alternativa para resolver problemas públicos locais (*low politics*), contribuindo para o desenvolvimento local de municípios de médio porte (metrópoles regionais).

Em referência às abordagens teóricas para explicar o estudo de caso proposto, foi utilizada a abordagem sistêmica de David Easton (1965) relacionada para analisar o ciclo de políticas públicas; a abordagem de Buarque (2008) auxiliou na análise do processo de desenvolvimento local e; para compreender o fenômeno paradiplomático, foi empregada, principalmente, a síntese do enfoque de Paquin (2004), a síntese dos enfoques de Soldatos (1990) e o enfoque de Senhoras (2010).

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 Política Pública, Política Externa e Desenvolvimento Local

Para compreender como a política externa pode ser uma política pública focada no desenvolvimento local, faz-se necessário esclarecer alguns elementos. De introdutivo, definir o que é uma política pública de forma objetiva dentro da literatura acadêmica é um pouco controverso, sendo que Heringer (2018) aborda essa falta de consenso decorrente da interação entre três áreas disciplinares. Para o autor, a Ciência Política e as Ciências Sociais contribuem para analisar os fatores que envolvem todo o ciclo de políticas públicas, enfatizando o papel dos atores e as questões políticas e burocráticas envolvidas. E por outro lado, as Ciências Jurídicas, em especial, acrescentam o estabelecimento dos laços jurídicos envolvidos no decorrer do ciclo.

Alguns especialistas do campo são mais enfáticos em definir uma política pública, seguindo um movimento retilíneo a sua atividade-fim. Secchi, Souza Coelho e Pires (2019) definem a política pública (*public policy*) como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, expondo dois elementos fundamentais para sua análise: a intencionalidade pública e sua resposta gerada ao problema público (decorrente do *status quo*).

Há aqueles que conceituam de maneira mais objetiva sobre sua relação com o Estado. Dye (1984) interpreta a política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Entretanto, Laswell (1936) propõe uma análise sobre três questões fundamentais: “quem ganha o quê, o por quê e que diferença faz”.

Entretanto, outros pesquisadores aprofundam a discussão, destacando a relação de ideias e interesses dos atores envolvidos durante todo o ciclo. Boneti (2011) define a política

pública como o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, tendo o Estado como o ator de organização e de institucionalização de decisões originadas do debate público entre os diversos atores, a partir de demandas ou interesses restritos.

A teoria realista clássica descreve a política externa, tendo sua gênese onde termina a política interna, mas também, quando a política externa se aproxima ao campo da “*politics*”. Para que isso ocorra, faz-se necessário que seu processo de elaboração e implementação esteja intrinsecamente ligado a politização de sua agenda, sendo por meio da intensificação do debate de ideias, valores e interesses sobre as escolhas políticas. Nessa composição, insere-se a soma das ações de múltiplos atores e fatores que afetam as suas escolhas, procedendo a vários níveis de coordenação e decisão: doméstico, regional, internacional e/ou transnacional. (SILVA, 2015; MILANI e PINHEIRO, 2013).

Além disso, Figueira (2011) destaca que a visão pluralista das relações internacionais:

[...] considera a multiplicidade de atores que interagem e influenciam as decisões internacionais adotadas pelos Estados, além de formar uma rede complexa de relações transnacionais, ou seja, o Estado não pode ser considerado o único ator de relações internacionais. Com isso, observou-se a necessidade da formação de tradições teóricas que dessem conta de explicar o papel desses “novos” atores (organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais, opinião pública etc.) nas relações internacionais e também esclarecessem de que maneira eles influenciam a formação da agenda externa dos Estados e a construção das preferências nacionais (ou de interesse nacional). (FIGUEIRA, 2011, p.12).

Corroborar-se essa ideia com Aron (2002) apud Rizzi e Antunes (2017), quando afirmam que a política externa é formulada pelo governo – em geral, o Poder Executivo e:

[...] executada pela diplomacia do país, ou seja, o corpo humano e burocrático que concretiza as ações determinadas pelos formuladores. Infere-se o caráter iminentemente estatal de uma política externa – apesar de contar com alguma influência da sociedade civil, trata-se de uma política pública preponderantemente formulada pelo Estado. Parte-se do pressuposto de que o sistema internacional engloba um conjunto de unidades políticas, os Estados, cuja presença é acentuada a ponto de influenciar as decisões dos outros atores. (ARON, 2002 apud RIZZI e ANTUNES, 2017, p.223).

A discussão adentra-se no campo da Política Externa Brasileira, quando se frisa a necessidade de um arcabouço institucional no ordenamento jurídico brasileiro. Na configuração atual, a legitimação e coordenação das agendas são centradas ao Ministério das Relações Exteriores, conhecido também como Itamaraty, sendo o órgão político-administrativo federal responsável. Em contrapartida, uma nova configuração torna-se essencial para abarcar essa multiplicação de atores e para descentralizar o poder do Ministério (Itamaraty) sobre a política externa brasileira, tanto no plano sistêmico, quanto ao âmbito doméstico (MILANI e PINHEIRO, 2013).

As agendas de política externa são divididas em duas vertentes: as “*high politics*” e as “*low politics*” (SECCHI, SOUZA COELHO E PIRES, 2019; SILVA, 2015). As agendas de “*high politics*” (alta política) caracterizam as questões vitais para a manutenção do Estado, como: a segurança nacional, a estratégia militar e o comércio internacional. São pautas mais sensíveis à diplomacia brasileira e de responsabilidade do MRE. Já as agendas de “*low politics*” (baixa política) correspondem às questões que obtiveram relevância e espaço nas discussões da política externa e na internacionalização do Estado e de suas agendas

domésticas, como: educação, cultura, cooperação para o desenvolvimento e capacidade de negociação diplomática. São pautas menos sensíveis à diplomacia brasileira, de caráter descentralizador e de maior atuação dos múltiplos atores que estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento local.

O processo de municipalização das políticas públicas no Brasil ocorreu por meio da promulgação da Constituição brasileira de 1988, especificamente relacionado ao artigo 18. Esse artigo compete autonomia político-administrativa à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, além disso, inaugurou um ciclo descentralizador do federalismo brasileiro, marcado pela transferência de recursos e encargos da União para governos estaduais e locais.

Dias e Matos (2012) destacam que os elementos essenciais de um Município são o território, a população e o governo, ressaltando que a autonomia deste ente federado se expressa na existência, principalmente, de uma Lei Orgânica do Município (LOM), que permite ao governo local, organizar e regular seu funcionamento. Os governos locais também assumiram responsabilidades na realização do gasto público e na promoção de políticas públicas.

O conceito de Desenvolvimento Local foi inserido na literatura acadêmica e também, como expressão, em agendas de politização dos governos locais no final do século XX. É um processo endógeno de mudança, que, ao mesmo tempo, ganha relevância com o processo de globalização. Dias e Matos (2012) enfatizam que: “Os municípios são os responsáveis pelo desenvolvimento local. Nesse sentido, apontados por muitos como a esfera pública mais importante para a promoção do desenvolvimento de uma nação” (SEBRAE, 2005, p.30 apud DIAS e MATOS, 2012, p.30).

Buarque (2008) descreve esse como um processo que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Além do mais, o autor acrescenta para que o processo seja consistente e sustentável, têm que haver uma organização e mobilização da sociedade local, tendo como características: a exploração de suas potencialidades locais, a contribuição para elevar as oportunidades sociais, a visibilidade e competitividade da economia local e, garantia da conservação dos recursos naturais locais.

Para Dias e Matos (2012) é possível distinguir em três dimensões o desenvolvimento local:

[...] a dimensão econômica caracterizada por um sistema específico de produção que permite aos empresários locais usar eficientemente os fatores produtivos e alcançar níveis de produtividade que os tornam competitivos nos mercados nacional e global; a dimensão sociocultural, onde o sistema de relações sociais, a cultura, as instituições, as normas e valores servem de suporte ao processo de desenvolvimento; e a dimensão política administrativa, que com iniciativas locais permitem a criação de um ambiente local favorável à produção e ao desenvolvimento (DIAS e MATOS, 2012, p. 35- 36).

Buarque (2008) elabora e esquematiza como ocorre um processo de desenvolvimento local por meio de um sistema piramidal:

**FIGURA 1:
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BUARQUE (2008)**



Fonte: extraído pelo autor a partir de Buarque (2008, p.28).

O desenvolvimento local demanda transformações nas instituições públicas, aumentando suas capacidades de governabilidade e governança sobre a municipalidade. Além disso, caracteriza também o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e promovendo uma mudança social (BUARQUE, 2008).

Para que essas agendas de política externa sejam formuladas, implementadas e executadas no contexto local, são primordiais a atuação e participação de atores. Esses atores, segundo Rodrigues (2011), podem ser divididos em duas categorias.

**QUADRO 1:
ATORES ESTATAIS E NÃO ESTATAIS**

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
ATORES ESTATAIS	aqueles que têm de fato, o poder de decidir políticas. São os que estão diretamente envolvidos na produção e execução de políticas públicas.	São os gestores públicos, os juizes, os parlamentares, os burocratas, os políticos (membros do Executivo), além das organizações e instituições de governo e internacionais.
ATORES NÃO ESTATAIS	aqueles que têm poder para influenciar na formação de políticas públicas, seja quando propõem e trabalham em cooperação para uma solução, ou quando pressionam o governo a tomar certas decisões.	São os consumidores, os empresários, os trabalhadores, as corporações nacionais e internacionais, os servidores públicos, as centrais sindicais, a mídia, as entidades do terceiro setor, além das organizações não governamentais, entre outros.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Rodrigues (2011, p. 21 - 22).

Secchi, Souza Coelho e Pires (2019) definem os atores como indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os pesquisadores destacam também que, cada arena tem uma configuração de atores peculiar, que esses atores têm a aptidão de influenciar, direta ou indiretamente, os conteúdos e os resultados das políticas públicas. Essa Arena Política pode ser compreendida numa visão macro, através da Abordagem Sistêmica elaborada por David Easton (1965) um dos pais fundadores da área de

políticas públicas. Esse sistema gerador de uma política pública é constituído da interação entre o ambiente, a formulação e o resultado. Em sua obra, Easton (1965) elaborou simplificada, uma estrutura dessa dinâmica sistêmica.

**FIGURA 2:
ABORDAGEM SISTÊMICA DE EASTON (1965)**



Fonte: extraído de Easton (1965) apud Rua & Romanini (2013, p.4).

Easton (1965) considerou que a sociedade era organizada em sistemas abertos, sendo eles múltiplos e interativos. Easton subdividiu em dois sistemas principais, tanto o Sistema Internacional/Global (que engloba os atores estatais e não estatais internacionais e transnacionais), quanto o Sistema Nacional (que engloba os atores estatais e não estatais domésticos e regionais). Outra característica apresentada são os Subsistemas, que representam as subáreas setoriais das políticas públicas.

O destaque dessa abordagem é por conta do Sistema Político, principal componente desse sistema. Correspondente à *polity*, responsável pelo conjunto de interações abstraídas da totalidade do comportamento social, sendo que os valores são alocados de forma autoritativa para a sociedade. Esse sistema político envolve o conjunto das instituições públicas, especialmente, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (EASTON, 1965 apud RUA e ROMANINI, 2013). O interior do sistema envolve quatro etapas que são responsáveis pela distribuição das fases do ciclo de políticas públicas. Toda política pública é constituída por meio de um processo de elaboração que também é conhecido como Ciclo de Políticas Públicas (*polycycle*).

Para Secchi, Souza Coelho e Pires (2019) esse ciclo é compreendido como um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. O modelo mais tradicional é o de Sete Fases¹.

¹Esse modelo brevemente se resume: na identificação do problema público; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação da política pública; avaliação da política pública e a extinção da mesma. Há uma crítica trazida pelos pesquisadores ao fato de que essas fases não necessariamente seguem um critério sequencial, podendo haver alternância entre alguma fase ou outra.

**QUADRO 2:
ETAPAS E FASES DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

ETAPAS	DESCRIÇÃO	CICLO DE PP
INPUTS	São os apoios e as demandas que em especial, o Ator Estatal recebe de um ou vários atores dentro do ambiente que estão inseridos.	Identificação do Problema Público; Formação da Agenda.
WITHINPUTS	Também são apoios e demandas que em especial, através da atuação do Ator Estatal em cooperação com os demais atores, são gerados dentro do Sistema Político.	Formação da Agenda; Formulação de Alternativas; Tomada de Decisão.
OUTPUTS	São basicamente as decisões e ações geradas através da atuação e cooperação entre esses atores.	Implementação da Política Pública.
FEEDBACK	É a retroalimentação da demanda ou o apoio (problema público) que foi transformado em uma resposta gerada (política pública), sendo encaminhada/s ao/s ator/es que reivindicava/m ou propunha/m tal demanda ou apoio.	Avaliação da Política Pública; Extinção da Política Pública.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Secchi, Souza Coelho e Pires (2019, p.56); Rua e Romanini (2013 p.5-7).

Em suma, a política externa configura-se como política pública na medida em que essas agendas de baixa política (*low politics*) se tornam também de competência federativa dos governos locais. A promoção dessas políticas públicas corrobora para o fortalecimento do processo de desenvolvimento local de municípios e possibilita que, os múltiplos atores - Estatais e Não Estatais inseridos nessa arena política contribuam de alguma maneira para a construção das mesmas. Essa arena política se justifica pela interação dos atores entre os Sistemas Políticos (governo local), Nacional e Internacional no ciclo de políticas públicas.

Além do mais, essa abordagem sistêmica propicia uma análise de política pública mais profunda sobre a constituição dessas agendas, em especial, a partir da relação entre as etapas *inputs* e *withinputs*, como processos iniciais e decisórios desse ciclo.

2.2 Paradiplomacia e Atos Internacionais

As teorias clássicas das Relações Internacionais sempre proporcionaram um vasto cenário de debates e controversas. Durante o século XX, duas abordagens divergiram mais amplamente no campo da cooperação internacional. A abordagem realista clássica defendia o Estado nacional como o único ator determinante no cenário internacional - visão essa que foi construída num contexto de guerras e tensões que assolaram o mundo. Com isso, os demais atores não tinham “cacique” para alterar o sistema internacional (BATISTA, 2010; CASTRO, 2012).

O liberalismo clássico também partia dessa premissa, sobretudo, defendia a vinculação necessária entre moral e política como condição a existência de cooperação. A tese de que outros atores, que não fossem os Estados nacionais, intervissem no sistema internacional se deu a partir de 1970 com a abordagem neoliberal, defendida a princípio por Joseph Nye e Robert Keohane com a teoria da interdependência complexa. Essa teoria reconheceu a relevância de novos atores no sistema internacional e, principalmente, os novos

canais de cooperação (interestaduais, transgovernamentais e transnacionais), além de destacar também a ausência de hierarquia entre os temas da agenda internacional e uma menor preponderância da força militar (BATISTA, 2010; CASTRO, 2012; KEOHANE & NYE, 1989). Além disso, Barbosa (2008) destaca que:

Na década de 1990, a cooperação internacional concentrou-se cada vez mais em questões de desenvolvimento local. Esta tendência originou-se de uma série de fatores inter-relacionados. De um lado, a globalização destacou a importância de interligações mundiais e o encolhimento relativo do papel dos Estados nacionais. Por outro lado, ela esboçou novas relações entre processos internacionais e locais, em parte devido à forte descentralização administrativa, gerando uma conscientização com respeito ao papel ativo que as cidades e as regiões poderiam ter na cooperação internacional (BARBOSA, 2008, p. 12).

No contexto pós-Guerra Fria, surgiu o fenômeno da Paradiplomacia para justificar a internacionalização dos atores subestatais proporcionada pelo crescimento do processo de urbanização, dos processos de integração metropolitana e regional e da promoção da internacionalização da economia. Esse conceito surge na literatura nos anos 1980, para descrever as agendas de politização de Estados federados americanos e canadenses. (RIBEIRO, 2009). Batista (2010) define a Paradiplomacia como:

[...] o envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas e privadas, objetivando resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (PRIETO, 2004; apud BATISTA, 2010, p.37).

Mercher e Pereira (2018) propõem uma análise de aproximação dos campos de política pública e externa com o campo paradiplomático de maneira que:

[...] ao compreender a paradiplomacia como política externa e, conseqüentemente, como política pública, abre-se um leque de possibilidades analíticas e metodológicas para compreender mais criticamente a ação das cidades. Tanto os estudos de análise de política externa (APE) como os de análise de políticas públicas (APP) auxiliam a delimitar o tema e encontrar novos métodos para compreender as dinâmicas externas e internas à paradiplomacia (MERCHER E PEREIRA, 2018, p. 195).

Paquin (2004) apud Ribeiro (2009) aborda a paradiplomacia sob três vertentes distintas: a Paradiplomacia Clássica, a Paradiplomacia da Integração Regional e a Paradiplomacia Identitária. Em referência ao estudo de caso, destaca-se a primeira vertente à análise temática.

Essa Paradiplomacia Clássica para Paquin (2004) representa um conjunto de estratégias orientadas: a promoção de política econômica e comercial, a promoção de investimentos estrangeiros, a atenção de centros de decisões e a promoção de exportações. Ademais, busca a cooperação mútua, sendo de cunho técnico e fraterno em prol: da ciência e tecnologia, da energia, do ambiente, da cultura, da educação e das demais relações entre os povos.

Soldatos (1990) apud Ribeiro (2009) propõe uma análise sobre quatro categorizações ao fenômeno paradiplomático. Em alusão ao quadro abaixo, as categorizações estão brevemente sintetizadas e direcionadas à temática abordada nesse artigo.

**QUADRO 3:
SÍNTESE DOS ENFOQUES PARADIPLOMÁTICOS DE SOLDATOS (1990)**

ENFOQUE	ABORDAGEM IDEAL	CARACTERÍSTICAS
Dimensão geopolítica	A Paradiplomacia Regional (macrorregional)	As unidades federadas, mesmo não sendo contíguas, tratam as questões de " <i>low politics</i> " no sistema internacional.
Relação entre unidade subnacional e governo central	Ações paradiplomáticas paralelas ou substitutivas	Não são ações conjuntas, podendo ser desenvolvidas em clima harmônico, com ou sem monitoramento federal.
Segmentação das atividades paradiplomáticas	Segmentação funcional ou horizontal	É vista quando no mesmo nível de governo, nas diferentes secretarias são diretamente envolvidos nos assuntos internacionais, devido ao processo de "domesticação" da política externa, ou seja, voltando-se para a área de " <i>low politics</i> ".
Caráter de proatividade da internacionalização	Internacionalização Ativa (cidade-ator)	A cidade-ator apresenta uma atividade internacional largamente dinâmica. (Ex.: sedia grandes organizações estrangeiras, firmas, instituições científicas e organismos internacionais-chave, incluindo representações diplomáticas, consulados, representações comerciais e turísticas, além de ONGs).
	Internacionalização Passiva (cidade-espço)	A cidade-espço se encontra envolta pelas orças e fluxos internacionais, possuindo uma envergadura de ação regional. Também demonstra um caráter subalterno, imposto e frágil do seu desenvolvimento internacional.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ribeiro (2009, p. 46 - 49).

Junqueira (2017) aborda a diversidade de conceitos para explicar o fenômeno paradiplomático em diferentes literaturas acadêmicas. Sobretudo, destacam-se Brasil e China, objetos de estudo dessa pesquisa. Prieto (2004) apud Junqueira (2017) aponta que na academia chinesa, o conceito mais comum é a "Diplomacia Zhoubian" (periférica). Além disso, ressalva que esse fenômeno inseriu-se no contexto político-chinês de "capitalismo de Estado" para evitar seu isolamento internacional, possibilitando ao mesmo tempo, a exploração do crescimento econômico, da descentralização e da internacionalização do país no sistema internacional/global.

Em referência à academia brasileira, Junqueira (2017) ressalva que a conceituação mais corriqueira e optada também pelo discurso governamental é de "Diplomacia Federativa". Essa compreende que as agendas de política externa do governo central, devem considerar a participação e influência dos entes federados no sistema internacional/global. Posteriormente, outra definição chamada de "política externa federativa" foi inserida na academia. Rodrigues (2006) apud Junqueira (2017) compreende que essa conceituação tem como enfoque representar a estratégia de um ator estatal regional e/ou local desenvolvida no âmbito de sua própria autonomia, almejando sua inserção internacional de forma coletiva ou individual.

Tratando-se do enfoque dos atores não estatais, Senhoras (2010) apresenta o conceito de "Paradiplomacia Corporativa". Brevemente, esse fenômeno de internacionalização recorre-se, principalmente, na formação dos fluxos de exportação e também aos crescentes processos de fusão e aquisição de investimentos no exterior. Acrescenta que os principais instrumentos utilizados nesses processos são compostos por coalizões empresariais, lobby e negociações diretas com atores estatais centrais, regionais e locais.

No Brasil, no contexto de redemocratização, em 1987 foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, com o objetivo de planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar a cooperação técnica internacional no Brasil, se tornando um instrumento essencial da política externa brasileira, contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional e cooperar com o desenvolvimento dos demais países. A Carta Magna manifesta que “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios [...] cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (BRASIL, 1988, Art. 4, Inc. IX). Almino (2017) acrescenta que:

A cooperação técnica internacional cria necessariamente uma agenda positiva com os países parceiros, não requerendo recursos financeiros vultosos para o alcance de resultados mutuamente vantajosos. Ao estabelecer fluxos de conhecimento e de boas práticas, constitui esforço complementar às outras vertentes da atuação externa do Brasil, sejam: políticas, comerciais, de investimento, científico-tecnológicas, de inovação, infraestrutura e financeiras ou culturais; multiplicando as potencialidades que reforçam a projeção do Brasil no cenário internacional. Atualmente é um dos instrumentos para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados, com grande empenho do Brasil, no âmbito das Nações Unidas (ALMINO, 2017, p. 22-23).

Inicialmente, a cooperação técnica internacional no Brasil era relacionada ao modelo de interação Norte-Sul. Esse modelo defende o caráter assistencial e consiste na transferência vertical de conhecimentos e técnicas dos países desenvolvidos aos países menos desenvolvidos; e também destaca uma postura passiva e subalterna dos países subdesenvolvidos (OLIVEIRA e LUVIZOTTO, 2011).

Por meio da promoção do desenvolvimento nacional e a transformação em um mundo globalizado e interdependente, o Brasil também adotou o modelo de Cooperação Técnica Internacional Sul-Sul. Esse modelo consiste na cooperação para o desenvolvimento, possibilitou que as cidades brasileiras alcançassem um perfil de internacionalização ativa e contribuísse para que o país conseguisse um nível intermediário de desenvolvimento. Isso permitiu que o Brasil recebesse e, conseqüentemente, prestasse a cooperação técnica internacional a países menos desenvolvidos (da América Latina e da África), sobretudo, a países em processo de desenvolvimento intermediário ou emergentes (os BRICS). Posteriormente, o modelo de Cooperação Técnica Descentralizada, paralelamente e harmonicamente ao Sul-Sul, foi adotado e passou a ser regulado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) permitindo que os entes federados se inserissem no sistema internacional/global (OLIVEIRA e LUVIZOTTO, 2011; ALMINO e CHEDIAK, 2017).

É importante ressaltar que a falta de um arcabouço institucional no ordenamento jurídico brasileiro tem ocasionado a ausência da legitimação da materialização dessas agendas em caráter normativo-político. Barbosa (2008) contextualiza que no ano de 2005 foi apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº475, que teve como objetivo acrescentar um parágrafo ao art.23 da CF permitindo que Estados, Distrito Federal e Municípios pudessem promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros, com prévia autorização da União. Entretanto, a PEC que propunha institucionalizar a Paradiplomacia no Brasil não obteve a aprovação na CCJ e acabou sendo arquivada em 2007.

Complementarmente, cabe destacar que as agendas de política externa são celebradas através de atos internacionais. Segundo definição adotada pela Divisão de Atos Internacionais (DAI) apud Barbosa (2008) o Ato Internacional é:

[...] todo instrumento pelo qual uma Pessoa de Direito Internacional Público (Estado ou Organização Internacional, por exemplo) assume obrigações e adquire direito, por escrito, sobre determinada matéria, perante outra ou outras Pessoas de Direito Internacional [...] (BARBOSA, 2008, p. 15).

A Divisão de Atos Internacionais (DAI) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável pela revisão técnica e jurídica dos atos internacionais. Esses atos internacionais podem ser: tratados, convenções, acordos, memorandos de entendimento e protocolos (BARBOSA, 2008).

Com isso, consta-se que o fenômeno paradiplomático é explorado sob múltiplos enfoques sendo que todos contribuem para explicar o processo de internacionalização dos atores subestatais e não estatais. O papel da ABC também se apresenta como de suma importância para coordenar as ações e anseios dos múltiplos atores em sua inserção no sistema internacional/global. E, além disso, a materialização dos atos internacionais configura-se como a celebração das agendas de políticas públicas apresentadas nessa pesquisa.

2.3 As Relações Sino-brasileiras

As relações entre chineses e brasileiros, também conhecida como relações sino-brasileiras, tiveram seus primeiros registros há mais de dois séculos, abarcando o período Brasil-Colônia (1530-1822) e foram instituídas sob laços comerciais, administrativos e culturais que estiveram presentes entre Salvador e Macau (BECARD, 2008). No período do Brasil Império (1822-1889), o imperador Dom Pedro II delegou uma espécie de “missão à China” a fim de estimular o fluxo migratório ao Brasil e estabelecer vínculos comerciais entre os regimes imperiais. Posteriormente, no período da República Velha (1889-1930), as relações bilaterais foram afetadas em decorrência do enfraquecimento da Dinastia Qing, contexto denominado de Século das Humilhações (1849-1949) onde a China perdeu guerras e foi dominada pelo ocidente (PINTO e GONÇALVES, 2019; ALTEMANI, 2012).

Entretanto, as relações bilaterais se restabeleceram - ainda que vagamente - apenas no contexto após a Revolução Chinesa, com a ascensão de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista Chinês e, conseqüentemente, com a proclamação da República Popular da China em 1949. Paralelamente, no Brasil, a década de 1950 ficou marcada como período da política desenvolvimentista, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e, posteriormente, ampliada por Juscelino Kubitschek (1956-1960), sendo responsável pela abertura do país a multinacionais, conseqüentemente, a entrada de capital estrangeira. Em consecutivo, foi no período dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) que se estabeleceu a Política Externa Independente (PEI). Essa agenda de política externa brasileira buscou inserir o Brasil no mercado externo longe dos anseios ideológicos que separavam o mundo em capitalistas e comunistas. Além disso, um fato histórico da PEI foi à visita do então Vice-Presidente João Goulart à China, em 1961 (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019; BECARD, 2008).

Porém, com o período do Regime Militar (1964-1985), inicialmente, por interesses estratégicos e ideológicos, o Brasil se alinhou ao bloco capitalista ocidental da Guerra Fria, fato que ocasionou uma retração entre as relações bilaterais com a China nos primeiros governos militares (Castello Branco, 1964-1967 e Costa e Silva, 1967-1969). Sem embargo, oficialmente, as relações sino-brasileiras foram estabelecidas ainda que, de forma embrionária, em 1974, no contexto de Guerra Fria, o que foi reaproximando os dois países nos governos Geisel (1969-1974), Médici (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019; BECARD, 2008).

Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a China passou por mudanças econômicas que ficaram conhecidas como a “segunda revolução chinesa”, sendo assim:

A conjuntura de uma China mais ativa no cenário internacional se intensificou a partir da administração de Deng Xiaoping (1976-1997), sobretudo a partir da abertura comercial em 1982. Nesse contexto, o governo chinês percebeu o Brasil como um player estratégico que poderia proporcionar oportunidades de parceria comercial, inclusive para investimentos e para a ênfase que a China buscava dar na Cooperação Sul-Sul (PINTO e GONÇALVES, 2019, p. 6).

Em virtude do desejo de ambas as nações explorarem as potencialidades da relação bilateral foi constituído, em 1993, a Parceria Estratégica Brasil-China. Esse marco representou a maturidade das relações no âmbito da Cooperação Sul-Sul estabelecidas entre as nações, que também são abordadas como grandes Estados nacionais - periféricos e emergentes do sistema internacional/global. O marco foi celebrado sobre o estabelecimento de três eixos centrais da mútua relação: política, econômica e a científico-tecnológica (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019; BECARD, 2008).

No período dos governos de esquerda no Brasil (2003-2016), as relações bilaterais alcançaram seu auge histórico. Em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que representa o principal mecanismo de coordenação e diálogo entre Brasil-China. Além disso, em 2009, referindo-se no âmbito das relações multilaterais, foi criado um agrupamento estratégico formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), tendo como objetivo principal a promoção da cooperação em setores como: ciência e tecnologia, energia, saúde, educação e comércio exterior (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019; BECARD, 2008).

Na cerimônia de criação da COSBAN em Xangai, em maio de 2004, o então Presidente Lula manifestou:

Eu acho que a China e o Brasil só têm a ganhar com o aperfeiçoamento das nossas relações (...). Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios. Daí a importância de nossa aliança estratégica – não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional (LULA, 2004 apud ALTEMANI, 2012, p. 71).

Em 2009, no cenário pós-crise econômica mundial de 2008, a economia americana esteve em recessão, a economia brasileira em uma leve retração, e, sobretudo, a economia chinesa cresceu 8,7% elevou-se ao patamar de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA. Simultaneamente ao contexto, a China assumia o posto de principal parceiro comercial do Brasil (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019).

Em 2012, Brasil-China estavam cada vez mais inseridos no sistema internacional e compartilhando de suas conquistas obtidas através da cooperação mútua. Com isso, foi estabelecido um novo e essencial marco de cunho estratégico entre os países, alavancando ao nível de Parceria Estratégica Global (ALTEMANI, 2012; PINTO e GONÇALVES, 2019). Em 2013, o Presidente Xi Jinping, ascendeu ao poder prometendo o ressurgimento do “Sonho Chinês” à nação. Visão estratégica proposta basicamente na prosperidade do povo chinês, ao crescimento econômico e ao crescimento bélico-militar (PINTO e GONÇALVES, 2019; XI JINPING, 2019).

Destaca-se que, entre 2015 e 2019, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) foi desativada, em decorrência, da crise gerada no

contexto político. Isso ocorreu devido ao fato de que compete aos vices presidentes dialogarem bilateralmente, todavia, Michel Temer, até então vice-presidente havia, assumido a presidência e deixado o cargo vago.

Referindo-se ao presente contexto político (atualidade), o governo de Jair Bolsonaro tem gerado uma série de desgastes políticos com a potência chinesa. Isso ocorre em virtude das políticas estratégicas alinhadas a potência americana e um recuo na agenda externa propositiva brasileira anterior.

O Presidente Xi Jinping ressaltava a necessidade do estabelecimento do Fórum para a Cooperação China-América Latina e Caribe afim de que garantisse, por meio de uma plataforma, um canal de diálogo cooperativo e mútuo. Destacava, ainda, em três pilares centrais o foco dos interesses chineses para a cooperação com os atores da América Latina e Caribe: político, econômico e cultural. Além disso, manifesta-se que:

Nesse momento, a China e a América Latina e o Caribe encontram-se em um importante período de oportunidades para o rápido desenvolvimento de suas relações. Com uma visão mais longa e ampla e sempre atualizada através do tempo devemos consolidar a nossa amizade tradicional, reforçar o intercâmbio em todos os aspectos, elevar o nível da cooperação e fazer com que a parceria de cooperação global entre a China e a América Latina e o Caribe, com base na igualdade, benefício recíproco e desenvolvimento conjunto, possa progredir ainda mais (JINPING XI, 2019. p. 373).

Por fim, Xi Jinping sintetiza os eixos estratégico-centrais da visão do “*Sonho Chinês*” e seus interesses sobre a América Latina e Caribe.

**QUADRO 4:
SÍNTESE DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA CHINA COM A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

ENFOQUE	ESTRATÉGIA
Político	Continuar promovendo a amizade, buscando o entendimento e apoio aos interesses e anseios vitais mútuos.
Econômico	Aproveitar as oportunidades oferecidas pela transformação do modelo de desenvolvimento, explorar as potencialidades da cooperação, criar novos modelos de parceria e aprofundar a convergência dos interesses a fim de estabelecer uma parceria econômica e comercial mutuamente benéfica, duradoura e estável.
Cultural	Aumentar o diálogo e intercâmbio entre as civilizações e culturas. Mostrar um exemplo de convivência harmoniosa e da promoção mútua.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Xi Jinping (2019, p. 373 - 374).

O Estado nacional chinês desenvolve quatro tipos de parcerias com os Estados nacionais. Em nível hierárquico, Cunha (2018) apresenta da seguinte configuração (do menor ao maior grau): as Parcerias Abrangentes; as Parcerias Estratégicas Globais/ Cooperativas e; as Parcerias Estratégicas Abrangentes.

Portanto, as relações bilaterais Brasil-China se configuram como de máxima importância estratégica para o desenvolvimento desses dois grandes Estados nacionais - periféricos e emergentes. Sobretudo, quem mais está frutificando com os êxitos dessa cooperação são os atores subestatais e não estatais que aproveitam os embalos de um sistema internacional/global cada vez mais interdependente com os sistemas nacionais. Isso possibilita

que a cooperação internacional descentralizada no âmbito Sul-Sul seja recheada por agendas de política externa que estimulam o processo de desenvolvimento local referido na pesquisa.

3. MÉTODO

Neste artigo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa, de natureza exploratória, com delineamento definido como estudo de casos múltiplos. Gil (2019) salienta que a abordagem qualitativa parte do enfoque interpretativista, em contrapartida ao enfoque positivista da abordagem quantitativa. Esse enfoque traduz que o objeto de pesquisa é constituído socialmente. De maneira genérica, a abordagem qualitativa não inclui contagens ou medidas, mas abarcam qualquer forma de comunicação humana – escrita, auditiva ou visual; sendo por comportamento, simbolismos ou artefatos culturais. Gibbs (2009) e Gerhardt & Silveira (2009).

Em alusão à natureza da pesquisa, Gil (2019) conceitua que a pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos e ideias, almejando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem exploradas em pesquisas posteriores, possibilitando também uma menor rigidez no planejamento. Gerhardt & Silveira (2009) destacam que a pesquisa exploratória foca no objetivo de aproximar o problema de pesquisa, tendo em vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Yin (2015) comenta que o estudo de caso é um método de pesquisa comum dentro do campo da ciência política. Além do mais, esclarece que ele surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos - individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. O estudo de casos múltiplos é caracterizado segundo Alves-Mazzotti (2006) apud Gerhardt & Silveira (2009) como a possibilidade de analisar um mesmo fenômeno através da participação de vários indivíduos e instituições de forma simultânea.

A pesquisa foi aplicada no município de Campinas, interior do Estado de São Paulo e direcionada aos atores (indivíduos e instituições) que participaram e influenciaram no decorrer dos ciclos de políticas públicas e na arena internacional. Fonseca (2002, p.32) conceitua as três ferramentas de pesquisa que foram utilizadas no processo de coleta de dados e divididas em: a) Pesquisa bibliográfica: realizada através do levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos (ex.: livros, artigos científicos, páginas de web sites.).b) Pesquisa documental: realizada por meio do levantamento de referências, entretanto, distingue-se da bibliográfica ao ponto que as fontes não possuem um tratamento analítico, sendo diversificadas e dispersas (ex.: documentos oficiais, jornais, fotografias, revistas, etc.).Nessa perspectiva, analisam-se os atos internacionais celebrados para a consecução das políticas públicas, textos de acordos e comunicados oficiais, e fotografias dessas agendas de politização que estão inseridas na apresentação do trabalho na banca avaliadora. c) Pesquisa de campo (entrevista): realizada por meio da coleta de dados junto a indivíduos e instituições (ex.: entrevista, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).Nesse sentido, foi desenvolvido um questionário com questões subjetivas e objetivas, que seguem uma ordem definida e padrão - questionário que foi inspirado na pesquisa de Ribeiro (2009) e adaptado ao contexto dessas relações bilaterais.

Como o objetivo da pesquisa foi de propor uma análise da atuação governamental do município, os atores entrevistados foram os gestores responsáveis pelo Órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) no período de 2009 a 2020. Ao todo, foram contatados seis gestores, apenas variando o status do cargo em decorrência da mudança do status do órgão durante as gestões do Poder Executivo Municipal. Para a realização das entrevistas, o autor optou pelo encaminhamento do questionário via correio eletrônico e pela ferramenta *Whatsapp* em decorrência do agravamento da pandemia da covid-19.

Referente às agendas paradiplomáticas que ocorreram no período, os levantamentos dos dados se efetuaram mediante contato por correio eletrônico e pela ferramenta *Whatsapp* com a gestora a frente do Órgão de Relações Internacionais na atual gestão em 2021. Além do mais, significativamente, uma parcela dessas agendas estavam publicadas nos portais *web* de notícias da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal.

**QUADRO 5:
GESTORES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA PMC**

Gestão da PMC	Status do Órgão de RI	Gestor(a)
Governo de Jonas Donizette (PSB) 2013-2020	Departamento de Cooperação Internacional vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo	Diretor de CI Tak Chung Wu
		Diretor de CI Marcello Von Schneider
		Diretora de CI Beatriz Gusmão
Governo de Pedro Serafim (PDT) 2011-2012	Departamento de Cooperação Internacional vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social	Coordenadora de RI Ellen Hsu
Governo de Demétrio Vilagra (PT) 2011	Departamento de Cooperação Internacional vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social	Diretor de CI Rodrigo Hajjar
Governo de Dr. Hélio de Oliveira (PDT) 2009-2011	Secretaria de Cooperação Internacional	Secretário de CI Sinval Dorigon
		Diretor de CI Rodrigo Hajjar

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Gibbs (2009) e Yin (2016) salientam que na pesquisa qualitativa não há separação entre o conjunto de dados e a análise dos dados. Sendo que geralmente não há necessidade de esperar pela pesquisa de campo, por conta de que há dados em abundância em documentos existentes ou em estudos anteriores que permitem uma análise inicial do problema de pesquisa. Para Gerhardt & Silveira (2009) na abordagem qualitativa, o pesquisador, é simultaneamente, o sujeito e o objeto da pesquisa. Ademais, trabalha com uma variedade de dados, isso obriga o pesquisador a organizar, condensar e extrair as informações essenciais em resumos e exemplos dos dados facilitando a elaboração do relatório final da pesquisa.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A discussão, análise e resultado dos dados coletados decorreram de uma divisão em quatro blocos, sendo que cada um deles buscou apresentar e analisar os objetivos propostos. Os blocos se decorrem de uma contextualização histórica do município como metrópole regional e de suas potencialidades, de uma apresentação da configuração e da inserção internacional do município, das relações bilaterais do município com a China e, por fim, das políticas públicas geradas e de suas áreas setoriais impactadas.

4.1 Campinas, uma Metrópole Regional vocacionada ao Desenvolvimento Local

Partindo de uma contextualização histórica, as terras que inicialmente configuraram o município de Campinas, surgiram por meio de expedições chefiadas pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, que buscava novas rotas no interior para as minas

goianas na primeira metade do século XVIII. No decorrer da desenvoltura de povoado a categoria de cidade, a principal atividade econômica que advinha das Missões Bandeirantes se transformou na cultura do cultivo da cana de açúcar através dos engenhos (CAMPINAS, 2014).

Durante o século XIX ascendia fortemente à cultura do cultivo de café em terras paulistas e Campinas se desenvolveu como o principal polo produtor de café da Província de São Paulo e, conseqüentemente, obteve o status de principal economia paulista na década de 70. Contudo, entre o final do século XIX e início do século XX, duas epidemias (febre amarela e gripe espanhola) frearam o desenvolvimento do município. Isso gerou uma forte consequência negativa em dimensões sanitárias e socioeconômicas, já que muitos comércios e indústrias migraram para a cidade de São Paulo e outras localidades próximas (CAMPINAS, 2014). Até a crise de 1929, a economia campineira se configurava predominantemente agrária (cafeeira). Foi a partir da ascensão da Era Vargas (1930) que a economia na cidade se converteu num perfil mais industrial e de serviços, seguindo o processo de desenvolvimento do país (CAMPINAS, 2014).

Foi a partir do final do século XX que a economia campineira se reconfigurou aos moldes atuais, procedendo da perda de força do setor industrial na cidade. Esse fenômeno ocorreu em decorrência da migração de fábricas para cidades circunjacentes e interioranas, sendo que essas cidades ofereceram menores cargas tributárias e, além disso, o fenômeno da violência que emergia e impactava significativamente as grandes cidades. Em paralelo, o setor de serviços obteve destaque, e isso possibilitou que a cidade se desenvolvesse como polo para o turismo de negócios e como polo de ciência, tecnologia e inovação (CAMPINAS, 2014).

Além do mais, no Quadro que segue, são apresentados os principais dados estatísticos do município sobre três enfoques, extraídos do IBGE.

**QUADRO 6:
DADOS ESTATÍSTICOS GERAIS DE CAMPINAS**

ENFOQUE	DESCRIÇÃO	COMPARATIVO COMUNICÍPIOS		
		ESFERAS	POSIÇÃO	TOTAL
POPULACIONAL	População estimada [2020] - 1.213.792 habitantes.	Brasil	14°	5570
	População no último censo [2010] - 1.080.113 habitantes.	Estado de São Paulo	3°	645
	Densidade demográfica [2010] - 1.359,60 hab/km².	Região Metropolitana de Campinas (RMC)	1°	20
PIB DOS MUNICÍPIOS	Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$1.000,00) [2018] - R\$61.397.263	Brasil	11°	5570
	Participação no montante do PIB Brasil [2018] - 0,88%	Estado de São Paulo	3°	645
	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> [2018] - R\$51.417,44	Região Metropolitana de Campinas (RMC)	1°	20
IDHM DOS MUNICÍPIOS	IDHM [2010] - 0,805	Brasil	28°	5570
	IDHM Renda [2010] - 0,829	Estado de São Paulo	15°	645
	IDHM Longevidade [2010] - 0,860	Região Metropolitana de Campinas (RMC)	4°	20
	IDHM Educação [2010] - 0,731			

Fonte: elaborado pelo autor a partir de IBGE (2021).

De maneira geral, os dados expressados nesses três enfoques caracterizam a relevância que o município representa como um dos principais centros urbanos e financeiros do país. Embora Campinas não detenha o status de capital de um estado da federação, o IBGE (2018) reclassificou o município com o status de metrópole (primeiro município que não detêm o status de capital).

O autor corrobora com Buarque (2008) na medida em que ressalva que as características centrais para que o município desenvolva um processo endógeno de transformação consistente e eficiente seja através da exploração de suas potencialidades e na construção de uma visibilidade e competitividade para a economia local. De acordo com o autor, em Campinas se destacam cinco potencialidades que favorecem o desenvolvimento local.

Essas potencialidades locais certificam a cidade de Campinas como polo e vocação: Inteligente²; Resiliente³; Sustentável⁴; Ciência, Tecnologia e Inovação⁵ e Internacional⁶. Além disso, no Quadro que segue, são apresentadas as potencialidades através de seu instrumento principal de direcionamento das políticas públicas e também, dos reconhecimentos que credenciam as mesmas. (NALINI E NETO, 2017; CAMPINAS, 2021).

**QUADRO 7:
AS POTENCIALIDADES LOCAIS DE CAMPINAS**

VOCAÇÃO	INSTRUMENTO	RECONHECIMENTO
INTELIGENTE	Plano Estratégico de Cidade Inteligente Campinas (PECCI 2019-2029).	Eleita a Cidade mais Inteligente e Conectada do Brasil em 2019. Essa premiação foi concedida pela Urban Systems e Sator na 5ª edição do Connected Smart Cities.
RESILIENTE	Plano de Resiliência Campinas (PRC 2017-2020).	À 1ª Cidade Brasileira certificada pela ONU a integrar a Campanha Construindo Cidades Resilientes no ano de 2013. Obteve o Prêmio Sasakawa das Nações Unidas para a Redução de Desastres no ano de 2019.
SUSTENTÁVEL	Programa Cidades Sustentáveis Campinas (PCS 2013-2020).	Eleita a 5ª Cidade mais Sustentável do Brasil em 2020. (Entre os municípios com mais de 500 mil habitantes). 1ª edição do programa Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Essa premiação foi concedida pelo Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN) sendo de iniciativa da ONU.
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Planejamento Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação de Campinas (PECTI 2015-2025).	O maior Polo Tecnológico da América Latina. ("Vale do Silício Brasileiro"). Exemplos de instituições: UNICAMP; PUC Campinas; IAC; EMBRAPA; CIATEC; CTI; CNPEM; ITAL; IB; CPqD; LNLS; Techno Park; CPqD Pólis; CPTIS; entre outros.

² São aquelas cidades capazes de criar estruturas de gestão capazes de serem ativadas para atender as demandas. Essas estruturas viabilizam a cidade como sistema complexo que deve ser todo interligado por redes de comunicação.

³ São aquelas cidades capazes de resistir, absorver e recuperar de maneira eficiente os efeitos ocasionados por desastres naturais.

⁴ São aquelas cidades capazes de operar e balancear, de maneira eficiente, os recursos essenciais ao seu funcionamento, sejam nos insumos de entrada (terra urbana e recursos naturais, água, energia, alimento, etc.), sejam nas fontes de saída (resíduos, esgoto, poluição, etc.).

⁵ São aquelas cidades capazes de concentrar uma significativa produção acadêmica, pesquisa científica, desenvolvimento de software e inovação.

⁶ São aquelas cidades capazes de adentrarem ao Sistema Internacional/Global.

VOCAÇÃO	INSTRUMENTO	RECONHECIMENTO
INTERNACIONAL	Guia de Investimentos e Guia de Captação de Eventos. (disponibilizados em idioma Inglês e Mandarim). Programa Exporta Campinas.	Enfoque Geográfico: inserida na Megalópole Rio-São Paulo; proximidade com a cidade de São Paulo e com o Porto de Santos; dispõe do Aeroporto Internacional de Viracopos; usufrui uma das principais malhas rodoviárias (Anhanguera; Bandeirantes; Santos Dumont; Dom Pedro I; Adhemar de Barros).
		Enfoque Econômico: Polo ao Turismo de Negócios: ocupa a 8ª posição (ranking no Brasil), 84ª posição (ranking nas Américas) e 377ª posição (ranking mundial) sobre as cidades que mais recebem eventos internacionais. Levantamento anual da Internacional Congress and Convention Association (ICCA) de 2019.
		Balança Comercial: teve participação de 1,5% das exportações do Estado de São Paulo (13ª cidade) e de 0,3% das exportações do Brasil (60ª cidade); teve participação de 4,8% das importações do Estado de São Paulo (4ª cidade) e de 1,6% das importações do Brasil (9ª cidade). Levantamento anual da COMEX de 2020.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Campinas (2021); Comex (2021).

Em síntese, essa contextualização histórica, explanação dos dados gerais e desenvoltura das potencialidades locais permitiram vislumbrar a importância e relevância que o município de Campinas representa como uma metrópole regional para Brasil e para a América do Sul. A desenvoltura dessas potencialidades está diretamente associada a uma gestão pública eficiente, idealizada através de diretrizes propostas nos planejamentos estratégicos elaborados. A metrópole regional de Campinas, assim reclassificada pelo IBGE, aperfeiçoa o desenvolvimento local não unicamente com a boa governança da administração pública, sobretudo, e essencialmente, por meio da cooperação com a organização da sociedade - isso propicia a robustez para alcançar a eficiência econômica, melhoria na distribuição de ativos sociais e, conseqüentemente, um *upgrade* na qualidade de vida dos municípios.

4.2 A inserção e configuração da internacionalização de Campinas

A inserção internacional de Campinas se oriunda na década de 1970 com a materialização de laços de irmandade com cidades estrangeiras (atores subestatais). Esse processo de internacionalização ocorreu de modo engajado ao despontamento à teoria neoliberal das relações internacionais.

Em conformidade com a necessidade de estruturar e legitimar a diplomacia federativa exercida pela Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) foi criado, na esfera do Poder Executivo Municipal, a Secretaria Municipal Especial de Cooperação Internacional através do Decreto nº 11.505 de 28 de abril de 1994. Essa estrutura perdurou até a perda de status através do Decreto nº 17.432 de 08 de novembro de 2011, dispondo da vinculação a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, do Departamento de Cooperação Internacional (DCI). Essa vinculação sucede-se até o final dessa pesquisa, embora haja ocorrido troca nas gestões da PMC⁷. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, tardiamente, foi criado por meio do Projeto de Resolução nº 02/17, Processo nº 223.119 no ano de 2017 a

⁷Compete ao DCI atrair investimentos internacionais; potencializar a imagem da cidade como polo de realização de negócios; estimular empresas locais na exportação de seus produtos e serviços; promover ações de diplomacia descentralizada (como o estabelecimento de vínculos com cidades-irmãs); sediar eventos internacionais para a promoção do comércio, turismo e atração de investimentos; participar de feiras e outros eventos internacionais visando, à promoção de serviços, tecnologia e turismo e; estabelecer contatos e atender Embaixadas, Consulados, Câmaras de Comércio e representações internacionais (CAMPINAS, 2021).

Comissão Permanente de Relações Internacionais (CRIN) que objetiva inserir a Câmara Municipal nas pautas internacionais do município, sob o enfoque do direito, da economia e da ciência política⁸.

A configuração das relações internacionais de Campinas desdobra-se sobre três vertentes, o estabelecimento de representações de nações no município (consulares e não consulares); o estabelecimento de irmanação com cidades estrangeiras e; o estabelecimento de escritórios de representação internacional. O estabelecimento de representações de nações no município idealiza uma ótica de visibilidade e relevância de um governo local frente ao sistema internacional/global. Mesmo Campinas não dispondo da presença de Embaixadas e Consulados Gerais, o município conta com a existência de Consulados Honorários.

O município dota de uma forte presença de representações diplomáticas, como Líbano, Portugal, Itália, Espanha, Reino Unido e França. Isso se traduz na significativa existência de povos que imigraram e se estabeleceram no município, assim como na região metropolitana⁹. Tratando-se das representações não consulares, configura um cenário, notadamente, marcado pela presença dos principais povos que se estabeleceram no município e na região metropolitana, e ainda por cima, das nações que mais se empenham numa cooperação mútua. Em referência a isso, destaca-se a Associação Aliança Brasil-China de Campinas e RMC.

Sobre o fenômeno da irmanação, o município estabelece esse vínculo formal com vinte quatro (24) cidades-irmãs, sendo seis (6) delas cidades brasileiras. As dezoito (18) irmanações internacionais do município estão inseridas em quatro continentes. A China apresenta a maior quantidade de irmanações (Fuzhou/Fujian; Dongguan/Cantão; Shanghai), seguida da Itália (Malito/Cosenza; Lecco/Lecco). Essas irmanações com a China simbolizam a aproximação e concretização de um vínculo com três importantes centros financeiros, tecnológicos e de serviços da segunda maior potência econômica mundial.

Em subsequente, o fenômeno que busca o estabelecimento de escritórios de representação internacional tem um papel essencial no fenômeno da globalização e na inserção dos governos locais na nova configuração no sistema internacional/global. No Brasil, esse fenômeno surgiu recentemente, sendo mais explorado por governos regionais (Estados federados). Sobre isso, constata-se que a inserção internacional de Campinas nos cenários chinês (Fuzhou/Fujian; Dongguan/Cantão; Jiangmen/Cantão; Shanghai) e italiano (Milão/Lombardia) vem se intensificando a cada ano, demonstrando o foco central de interesse das agendas de política externa do município.

Em síntese, observa-se que a internacionalização de Campinas ocorre em concomitância com o afloramento dos fenômenos de globalização e paradiplomático no sistema internacional/global. Além disso, esse processo não ocorre em caráter singular, visto que a metrópole se beneficia da aproximação geográfica com a cidade de São Paulo (cidade global) e ainda por cima, da cooperação agrupada com os demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Esse processo de internacionalização também ocorre em caráter definitivo, por intermédio da necessidade de investimentos na robusta malha que constitui a infraestrutura e logística do município. Em virtude disso, constata-se que as explorações das potencialidades locais propiciam a construção de uma visibilidade e atratividade internacional para que as

⁸À CRIN compete acompanhar e fiscalizar os programas governamentais e não governamentais nas relações internacionais; opinar e emitir pareceres sobre: proposições e matérias relativas às relações internacionais, sobre projetos de irmanação com cidades estrangeiras, sobre a realização de conferências internacionais no município ou com autoridades municipais e sobre projetos que liberem áreas para eventos internacionais de grande porte (CAMPINAS, 2021).

⁹Ressalva-se que até o período que oriunda a pandemia da covid-19, o município contava com a presença dos consulados honorários do Chile e do Equador, sendo que ambos foram fechados temporariamente.

cidades estrangeiras que contemplem características similares corroborem no firmamento de laços de irmanação.

Ademais, a cidade está avançando em uma nova configuração de internacionalização, adotando o modelo do estabelecimento de escritórios de representação em cidades estrangeiras potencialmente estratégicas. Isso consiste em facilitar a cooperação técnica descentralizada, sendo na potencialização da imagem e também na geração de atratividade para novos acordos e investimentos estrangeiros no município.

4.3 As relações bilaterais de Campinas com a República Popular da China

O processo de imigração de chineses para o Brasil iniciou no período imperial durante o século XIX. Entretanto, somente na metade do século XX, entre 1950 a 1960, que os primeiros chineses chegaram a Campinas. Esse processo de imigração se distingue do fato que os fluxos migratórios antecessores ocorreram com a finalidade da exploração sobre as atividades de mineração e do campo. Em contrapartida, o processo de imigração em Campinas ocorreu a partir da inserção na sociedade local, sejam: nas empresas, nos comércios, na gastronomia, na arte e no ensino (SILVA, 2020).

A gênese das relações bilaterais de Campinas com a China ocorreu no contexto em que se estabelecia a Parceria Estratégica Brasil-China em 1993. Essa configuração propiciava que os países buscassem a cooperação mútua sobre três eixos: político, econômico e científico-tecnológico. Em decorrência desse marco, os novos atores (atores subestatais locais) que adentravam ao sistema internacional/global, começaram a propor um modelo estratégico voltado à promoção internacional de sua localidade.

Em virtude disso, em 1994, Campinas se aproximou da cidade chinesa de Fuzhou, capital da província de Fujian. A cidade de Fuzhou, conhecida por seu potencial portuário e turístico, realizou missões à Campinas para promover suas potencialidades locais e, conseqüentemente, conhecer as potencialidades da cidade do interior paulista. Em 1996, essa aproximação culminou na irmanação de ambas através do ato internacional (Lei nº 8.814 de 12 de abril de 1996). Esse ato internacional estabelecia a materialização de um laço fraterno para o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, sobre os setores de interesse em comum (CAMPINAS, 2021).

Posteriormente, até meados de 2008, as relações bilaterais com a China constituíram na exploração dessa irmanação, sendo que, na maioria das agendas, os chineses visitaram Campinas. Sobretudo, destacamos que entre 1997 a 1998 ocorreram agendas das cidades de Fuzhou e Quanzhou com a Universidade Estadual de Campinas visando à cooperação mútua em ciência e pesquisa com as universidades da província de Fujian. Além disso, de maneira sucinta, as relações bilaterais com a China se constituíram por meio de reuniões com representantes consulares, empresariado chinês, participação em eventos e feiras comerciais, missões à China, etc. (CAMPINAS, 2021).

A partir de 2009, quando a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, as relações bilaterais se intensificaram ao ponto que, em 2012, ocorreu uma elevação ao nível de Parceria Estratégica Global entre as duas potências emergentes no sistema internacional/global. Essa nova configuração vigente favoreceu que os novos atores (subestatais, câmaras de cooperação bilateral, corporações multinacionais) se engajassem com mais intensidade nas relações bilaterais até o período referente à pesquisa.

Desse período até 2020, destacam-se as irmanações com as cidades de Dongguan (província de Cantão) e Shanghai (cidade administrativa); o estabelecimento de protocolos de intenções com cidades chinesas; visitas técnicas de gestores públicos chineses à Campinas; a realização de missões de gestores públicos de Campinas à China; a realização de eventos culturais em Campinas; a realização de eventos sobre o comércio exterior; o estabelecimento

de cooperações com multinacionais chinesas e; o estabelecimento de escritórios de representação internacional em quatro cidades chinesas (Fuzhou, Dongguan, Shanghai e Jiangmen).

Buscando compreender os fatores que envolvem o fenômeno paradiplomático das relações bilaterais, foram questionados determinados enfoques de acordo com o grau de relevância/importância na visão dos gestores do órgão de Relações Internacionais. Em referência às prioridades no que competem às missões propostas na óptica dos gestores que coordenaram o Órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas, foram classificadas com base em seis eixos. Notou-se que os principais eixos que se destacaram foram a atração de investimentos e recursos, juntamente com a busca pela promoção da projeção internacional e da realização de parcerias e a cooperação técnica para o município. Isso traduz o foco central das ações paradiplomáticas que os gestores tomaram como diretrizes no plano de trabalho (ver Apêndice A).

Em alusão às prioridades no que competem às motivações que impulsionaram as atuações do Órgão de Relações Internacionais, dos Atores Estatais e dos Atores Não Estatais chineses na óptica dos gestores, foram classificadas com base em sete eixos. Verificou-se que, na ótica dos gestores, a atratividade de investimentos privados, o fomento ao comércio exterior e o foco na solução para os problemas urbanos foram as principais motivações que se destacaram na atuação paradiplomática do Órgão de Relações Internacionais (ver Apêndice B).

Sobre as motivações que impulsionaram os Atores Estatais da China constatou-se que, na ótica dos gestores, a visibilidade, o fomento ao comércio exterior e a promoção cultural foram as principais motivações que se destacaram na atuação paradiplomática (ver Apêndice C). Sobre as motivações que impulsionaram os Atores Não Estatais da China observou-se que, na ótica dos gestores, a atração de investimentos privados, a visibilidade e o fomento ao comércio exterior foram as principais motivações que se destacaram na atuação paradiplomática (ver Apêndice D).

Em síntese, contata-se que os atores se motivaram mais em buscar a visibilidade e o reconhecimento das instituições e, paralelamente, a promoção da atratividade de investimentos privados e fomento ao comércio exterior entre Brasil e China. Outro enfoque de análise refere-se ao embate entre os fatores considerados entraves/dificuldades políticas e os fatores facilitadores que estiveram presentes nas relações bilaterais. Tratando-se disso, foram pontuadas determinadas características para uma classificação com base no grau de relevância/importância na óptica dos gestores.

Em alusão aos fatores de entraves/dificuldades verificou-se que, os dois eixos que se destacaram representam a necessidade de uma dotação maior de recursos orçamentários ao custeio das atividades do Órgão de Relações Internacionais e, além disso, a primordialidade de uma legitimação constitucional do fenômeno paradiplomático no ordenamento jurídico brasileiro, propiciando segurança institucional nas agendas de política externa dos atores subestatais. Em contrapartida, contata-se que a falta de autonomia e a burocracia pública não representam um entrave político frente aos outros eixos. (ver Apêndice E).

Em pertinência aos fatores facilitadores constatou-se que, os eixos que se destacaram foram das potencialidades locais, da configuração e relevância da Região Metropolitana de Campinas, das rodovias e do Aeroporto Internacional de Viracopos no contexto de atratividade para as relações bilaterais na óptica dos gestores. Isso, assim, caracteriza a importância da otimização do processo de desenvolvimento local e das políticas relativas à logística e infraestrutura como ferramentas propulsoras na internacionalização de um município. (ver Apêndice F).

Outro enfoque buscou analisar em termos de frequência, os eixos-chave que representam as agendas que configuram as relações bilaterais propostas. Sobre isso, foram

classificados com base no grau de frequência na óptica dos gestores. Constatou-se que o eixo que se destaca em todos os períodos das gestões do órgão representa as agendas com as autoridades diplomáticas, isso certifica a aproximação que o Consulado Geral da China em São Paulo teve com os atores políticos e burocratas das gestões municipais. Além disso, a recepção de delegações de gestores públicos, câmaras de cooperação, o empresariado e representantes de multinacionais chinesas constituem uma significativa parcela das agendas de política externa do município. Isso se converte nas agendas que constituem a consecução de atos internacionais, os irmanamentos e as viagens técnicas e comerciais à China. (ver Apêndice G).

Outro enfoque analisou, em termos de frequência, os eixos que representam a participação de atores políticos, burocratas e de entidades locais nas agendas referentes às relações bilaterais propostas. Sobre isso, foram classificados com base no grau de frequência na óptica dos gestores. Notou-se que as decisões tomadas referentes às agendas estiveram centradas pelo gestor responsável do Órgão de Relações Internacionais e, harmonicamente, com o respaldo e a participação direta do prefeito e do vice-prefeito municipal. A presença dos membros da equipe do Órgão de Relações Internacionais nas agendas ocorreu de maneira significativa. Além do mais, configurou-se a presença de maneira parcial do empresariado local, dos representantes dos centros de ciência, pesquisa e tecnologia e dos representantes de departamentos e secretarias da PMC nas agendas. Em paralelo, observa-se que a presença dos representantes do Poder Legislativo fez-se de maneira limitada nas agendas, consolidando o Poder Executivo nessas ações paradiplomáticas. (ver Apêndice H).

Ademais, nessa pesquisa destacam-se os principais atores que estiveram intermediando essas relações bilaterais, sendo o Governo do Estado de São Paulo, o Governo Federal (através do Ministério das Relações Exteriores), o Consulado Geral da China em São Paulo, a Associação Aliança Brasil-China de Campinas e RMC e a Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE). Em virtude disso, se analisaram, no período correspondente à pesquisa, os graus que derivam da interferência e apoio desses atores intermediários nas relações bilaterais.

O Governo do Estado de São Paulo dispõe da Secretaria de Relações Internacionais e da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVESTSP) como canais oficiais de diálogo e atuação no sistema internacional/global. Dispondo disso, a pesquisa buscou analisar a relação desse ator (subestatal regional) sobre três vertentes: autonomia das ações, alinhamento nas agendas e participação nas agendas. Verificou-se que o Governo de São Paulo dispõe de uma autonomia moderada sobre as ações paradiplomáticas de Campinas, e isso se reproduz, sobretudo, de maneira consistente e harmônica na participação e no alinhamento com a agenda externa estadual com a China. (ver Apêndice I).

O Governo Federal dispõe do Ministério de Relações Exteriores (MRE) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como canais oficiais de diálogo e atuação no sistema internacional/global. Dispondo disso, a pesquisa buscou analisar a relação desse ator (estatal central) sobre três vertentes: autonomia das ações, alinhamento nas agendas e participação nas agendas. Notou-se que o Governo Federal, através do Ministério de Relações Exteriores estabelece uma autonomia moderada sobre as ações paradiplomáticas de Campinas, sobretudo, isso reproduz de maneira deliberada e harmônica na participação e no alinhamento com a agenda externa federal com a China. (ver Apêndice J).

O Consulado Geral da China em São Paulo representa o canal oficial de diálogo e atuação do Governo Federal da China no âmbito da jurisdição do Estado de São Paulo. Dispondo disso, a pesquisa buscou analisar a relação desse ator (subestatal regional) sobre duas vertentes: alinhamento nas agendas e participação nas agendas. Observou-se que o Consulado Geral da China em São Paulo estabelece de maneira consistente e significativa a

participação e alinhamento nas agendas do município. Isso corrobora com a opinião dos gestores quanto à representatividade de agendas diplomáticas. (ver Apêndice K).

Ainda, a Associação Aliança Brasil-China de Campinas e RMC representa um canal alternativo de diálogo e atuação aos anseios e interesses chineses na Região Metropolitana de Campinas. Dispondo disso, a pesquisa buscou analisar a relação desse ator (não estatal) sobre duas vertentes: alinhamento nas agendas e participação nas agendas. Verificou-se que a Associação Aliança Brasil-China de Campinas e RMC estabelece de maneira pontual e consistente a participação e alinhamento nas agendas do município. (ver Apêndice L).

A Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE) representa um canal alternativo de diálogo e atuação aos anseios e interesses mútuos no cenário brasileiro e chinês. Dispondo disso, a pesquisa buscou analisar a relação desse ator (não estatal) sobre duas vertentes: alinhamento nas agendas e participação nas agendas, e constatou-se que a Câmara Brasil estabelece de maneira consistente e significativa uma participação e alinhamento nas agendas do município. (ver Apêndice M).

Em síntese, observa-se que as relações bilaterais do município de Campinas com os atores estatais e não estatais da China se estabelecem por meio do fenômeno paradiplomático. Esse fenômeno para Paquin (2004) compreende-se como a Paradiplomacia Clássica em decorrência do foco na objetividade da promoção econômica e comercial, além disso, de uma construção de imagem atrativa da localidade no âmbito externo. O conceito envolvido nesse enfoque corrobora com a visão dos gestores quando destacam a necessidade de nortear as diretrizes com o propósito da visibilidade externa do município e, conseqüentemente, o fomento à atratividade de investimentos privados externos e ao comércio exterior dentro da arena internacional que constituem essas relações bilaterais; isso pode ser justificado na medida em que as estratégias se sucedem da convergência e da cooperação com os atores intermediários que estão inseridos dentro da arena internacional.

A atuação desses atores intermediários propicia a desenvoltura das relações bilaterais, e, além disso, a presença de outros atores políticos, burocratas, de entidades e de instituições locais reforçam o pluralismo na elaboração de diretrizes estratégicas que podem converter em benefícios ao município. A proveitosa exploração do cenário logístico, da infraestrutura e das potencialidades locais são elementos-chave para a visibilidade externa do município, frente ao contexto propenso a receptividade de investimentos financeiros, parcerias e acordos técnicos dos atores chineses. Em contrapartida, ressalva-se a necessidade de aprimoramentos institucionais como: de uma maior dotação orçamentária a cargo do Órgão de RI, assim como de uma ampliação de seu corpo técnico. Além do mais, a necessidade do estabelecimento de um arcabouço no ordenamento jurídico brasileiro que legitime a atuação paradiplomática dos atores subestatais.

Ademais, Soldatos (1990) acrescenta sua tese nessa pesquisa na medida em que caracteriza a dimensão geopolítica entre os atores subestatais e não estatais de Brasil e China como a Paradiplomacia Regional, voltada ao âmbito da macrorregionalidade. Isso permite e concede ao cargo dos atores subestatais à responsabilização para as questões de “*low politics*”. Sobre o enfoque da relação entre a unidade subnacional (governo local) e o governo central, os gestores elucidam que essas ações ocorrem de maneira paralela, sendo por clima harmônico, com ou sem monitoramento federal. E sobre a segmentação das atividades paradiplomáticas, ocorre em caráter funcional ou horizontal na medida em que, não apenas o órgão de Relações Internacionais da PMC está inserido na internacionalização de seu plano de trabalho, mas também, em decorrência da consolidação do trabalho e dos resultados obtidos, as demais secretarias e departamentos municipais estão inseridos nas agendas de política externa, pautadas nas “*low politics*”.

E por fim, a Paradiplomacia Corporativa de Senhoras (2010) acrescenta na análise sobre a compreensão que a internacionalização das multinacionais no âmbito periférico-

periférico decorre-se da construção de um ambiente favorável à instalação dessas filiais. Isso ocorre num ambiente de arena internacional, em que os atores políticos atuaram por meio de negociações diretas e *lobby*, em missões à China e por meio da concessão de incentivos fiscais pelo município.

Em suma, confirma-se que as relações bilaterais Brasil-China se configuram no patamar máximo, propiciando que não apenas os entes centrais usufruam dos benefícios, sobretudo, os entes subestatais e não estatais. O papel do órgão de Relações Internacionais da PMC e a atuação do gestor responsável e de sua equipe nessa arena internacional tornam-se essenciais para que o município colha benefícios nesse cenário. Além do mais, os atores intermediários defendem seus interesses e facilitam o processo para que o fenômeno paradiplomático ocorra de forma consistente e regular nessa arena internacional.

4.4 As agendas de política externa e suas áreas setoriais

As agendas de política externa, constituídas por meio das relações bilaterais de Campinas com os atores chineses, geraram políticas públicas para o município. Essas políticas públicas, compreendidas como a baixa política ou popularmente como as *low politics* são as agendas domésticas em que os atores subestatais possuem a competência constitucional para agirem e proporem soluções. Essas agendas menos sensíveis à política externa possibilitam que os múltiplos atores que adentraram ao sistema internacional/global buscassem, por meio de parcerias e cooperações, soluções para seus problemas domésticos ou locais.

As relações bilaterais que configuram o cenário de atuação de Campinas com os atores chineses ocorreram por meio de uma arena internacional, compreendida aqui por meio da abordagem sistêmica de Easton (1965), como a interação entre os Sistemas Político (governo local), Nacional e Internacional. Essa interação ocorre em virtude de dois fatores-chave, o fenômeno da globalização e o fenômeno da paradiplomacia.

As formações das agendas nessa arena internacional, em sua representativa, correspondem dos *inputs* e das *withinputs*. A etapa dos *inputs* constitui a primeira fase (fase embrionária) desse ciclo de políticas públicas e corresponde à receptividade dos atores estatais e não estatais no município. Essa receptividade pode gerar a identificação de um problema público, assim como, a formação de uma agenda. Além disso, as *withinputs* constitui a segunda e mais importante fase desse ciclo de políticas públicas, destaca-se que está inserida dentro do Sistema Político. Essa fase permite também a formação das agendas, assim como, da tomada de decisão do órgão de Relações Internacionais e da proposição para a formulação de alternativas frente à demanda. Além do mais, outras duas etapas complementam a formação desse ciclo. A etapa dos *outputs* constitui a terceira fase remetendo a implementação da política pública. E por fim, a etapa do *feedback* constitui a última fase de avaliação e sucessivamente, a extinção da política pública gerada na agenda de política externa.

Sintetizando, por meio de investigações nos portais web de publicidade da Prefeitura Municipal de Campinas e da Câmara Municipal de Campinas se obteve o acesso às agendas de política externa oriundas das relações bilaterais com os atores chineses. Optou-se por apresentar essas agendas de politização externa e de suas concebidas políticas públicas por meio de uma divisão setorial. Essa divisão decorre-se nas áreas de Gestão e Governança, Comércio Exterior, Esporte, Cultura, Educação Pública, Ciência e Pesquisa, Segurança Pública, Mobilidade Elétrica e Saúde Pública.

Sobre a vertente da Gestão e Governança, é considerada a mais relevante, em resultância de sua característica embrionária e por englobar as duas principais etapas (*inputs* e *withinputs*) do ciclo de políticas públicas. Sendo que em virtude dessa vertente, sucedem-se outras agendas que compõem as demais áreas setoriais. Nessa vertente, se inserem: às visitas

técnicas de delegações de gestores públicos e atores políticos de cidades e províncias chinesas à Campinas, às agendas com representantes diplomáticos chineses, às missões dos gestores públicos e atores políticos de Campinas à China, às agendas com representantes de câmaras de cooperação bilateral, o estabelecimento de escritórios de representação internacional e, o estabelecimento de projeto de lei municipal e a celebração de protocolos de intenções de irmanação.

Nas agendas de visitas técnicas de delegações de gestores públicos e atores políticos de cidades e províncias chinesas à Campinas observou-se que, sucederam vinte e cinco agendas no período, com a representatividade de nove das vinte e duas províncias existentes na República Popular da China¹⁰.

Nas agendas com representantes diplomáticos e consulares chineses verificou-se que totalizaram onze agendas. O Consulado Geral da China em São Paulo manteve, regularmente, contato com o governo municipal de Campinas, sendo no deslocamento de diplomatas ao município como também dos atores políticos locais indo à capital paulista no decorrer das agendas. Destaca-se também que o chefe do Poder Executivo esteve conduzindo os trabalhos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) a partir de 2017 até o término de seu mandato político (2020) e representativo da FNP (março de 2021) - isso proporcionou visibilidade e notoriedade à Campinas frente aos interesses dos governos locais brasileiros nas relações com a Embaixada da China em Brasília.

Nas agendas de missões técnicas e comerciais à China observou-se que totalizaram nove agendas. Essas missões tiveram um papel essencial no fortalecimento dessas relações bilaterais e foram, em especial, direcionadas às cidades que possuem irmanação com Campinas e aquelas onde ocorre um processo de cooperação mútua¹¹.

Nas agendas com representantes de câmaras de cooperação bilateral notou-se que totalizaram seis agendas nesse eixo. O foco dessas agendas era o contato direto entre as câmaras de cooperação com o Poder Executivo Municipal, ainda que, não se acredita que a publicidade dessas agendas esteja explanada em sua totalidade. Sobretudo, destacamos a CBCDE e a Associação Aliança Brasil-China de Campinas e RMC como principais mantenedoras desse diálogo, além disso, também como proponentes centrais de posteriores formulações de agendas com atores chineses.

Nas agendas que concretizaram o estabelecimento de escritórios de representação internacional constatou-se que, o estabelecimento desses escritórios ocorreu nas três cidades chinesas que Campinas possui o vínculo de irmanação, sendo que, nas quatro representatividades, as câmaras de cooperação cederam um espaço físico em suas unidades sem o custeio financeiro. Esses escritórios foram estabelecidos por meio de memorandos de entendimento entre a Prefeitura Municipal de Campinas e as câmaras de cooperação.

Nas agendas que se estabeleceram protocolos de intenção para irmanação e projeto de lei municipal notou-se que, nesse eixo, optamos por centralizar os dados no estabelecimento dos irmanamentos e na matéria legislativa elaborada pela Câmara Municipal de Campinas. Houve-se a celebração de protocolos de intenções com atores subestatais chineses em prol da cooperação mútua, entretanto, não se obteve o acesso a esses atos internacionais.

¹⁰As agendas abrangeram diversas áreas setoriais das políticas públicas, possibilitando que a cooperação técnica descentralizada propulse-se a troca e o intercâmbio de conhecimento entre os modelos de gestão dos governos locais, visando o aprimoramento da prestação do serviço público. Além disso, os trabalhos legislativos passaram a ter visibilidade e interesse entre as comitivas chinesas.

¹¹Essas agendas também constituíram o fortalecimento no estabelecimento dos interesses comerciais e econômicos do município, sendo na presença em feiras comerciais e nas visitas às corporações multinacionais - a *State Grid Corporation*, a *Build Your Dreams Company* e a *Huawei Technologies Company*.

Sobre a vertente do Comércio Exterior, caracteriza-se como um dos enfoques centrais das agendas paradiplomáticas envolvidos nas relações bilaterais com os atores chineses. Destacamos que essas agendas em prol do desenvolvimento econômico e da internacionalização da economia do município estiveram englobadas nas etapas (*withinputs*, *outputs* e do *feedback*) do ciclo de políticas públicas¹².

Nas agendas de elaboração de ferramentas de atratividade e visibilidade a Campinas observou-se que, nesse eixo, o órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social materializou, em mandarim, duas ferramentas que evidenciam as potencialidades locais do município.

Nas agendas com representantes de multinacionais e comitivas de empresários e investidores chineses, em especial à Campinas verificou-se que, totalizaram quatorze agendas ilustradas nesse eixo. Essas agendas estiveram centradas na atuação com os atores não estatais chineses, sendo que foram intermediadas pelas câmaras de cooperação bilateral, com incentivo e apoio da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVESTSP) e do LIDE-China (Grupo de Líderes Empresariais).

Nas agendas voltadas a realização de eventos, palestras e workshops notou-se que totalizaram seis agendas nesse eixo. O órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas se empenhou de maneira significativa, seja na participação, como na realização e na promoção desses eventos, palestras e workshops vinculados ao comércio exterior com foco na China¹³.

Sobre a vertente do Esporte, destacamos que essas agendas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs*, *outputs* e do *feedback*) do ciclo de políticas públicas. Nessa vertente, se inserem: a realização em cooperação de eventos esportivos, a recepção de comitivas de modalidades esportivas de origem sino e o intercâmbio esportivo.

Constatou-se que as seis agendas ocorreram em duas etapas, sendo a primeira vinculada às modalidades de origem sino. O desenvolvimento das agendas vinculadas às modalidades de Kung Fu, Taekwondo e Badminton tiveram a cooperação de suas respectivas federações Brasil-China e com a parceria da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sobretudo, posteriormente, a modalidade do Futebol, com toda sua dimensão e importância inserida na sociocultural brasileira, têm-se transformado em foco ao desenvolvimento do esporte na sociedade e cultura chinesa.

Sobre a vertente da Cultura, caracteriza-se como um dos enfoques centrais das agendas paradiplomáticas envolvido nas relações bilaterais com os atores chineses. Destacamos que essas agendas foram em prol da difusão e do intercâmbio cultural e estiveram englobadas nas etapas (*withinputs*, *outputs* e do *feedback*) do ciclo de políticas públicas. Nessa vertente, se inserem: o prestígio e a realização de eventos, celebrações, exposições e apresentações culturais chinesas.

Nas treze agendas observou-se que o órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas, em conjunto com a Secretaria de Cultura, se empenhou na realização de diversas exposições vinculadas a cultura sino no município. Essas agendas ocorreram, em especial, com a cooperação de atores chineses e a significativa comunidade chinesa que reside no município. Acrescenta-se a presença e o prestígio dos atores políticos de Campinas nas agendas culturais realizadas no município, assim como na capital paulista. Referente às agendas, ao menos duas estão inseridas no calendário anual do município, sendo elas: as

¹²Nessa vertente, se inserem as ferramentas de atratividade e visibilidade do município, as agendas com representantes de multinacionais e comitivas de empresários e investidores chineses e também, a realização de eventos, palestras e workshops sobre a temática.

¹³Essas agendas tiveram o incentivo e apoio das câmaras de cooperação bilateral, do Consulado Geral da China em São Paulo e de outras entidades privadas sem fins lucrativos.

festividades ao Ano Novo Chinês (entre janeiro e fevereiro) e a celebração ao Dia do Imigrante Chinês em Campinas (agosto).

Sobre a vertente da Educação Pública, as agendas evidenciadas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs* e *outputs*) do ciclo de políticas públicas. Nessa vertente, destaca-se a celebração do Memorando de Entendimento entre a Prefeitura Municipal de Campinas com a Universidade de Minjiang em Fuzhou/Fujian e do estabelecimento de uma unidade do Instituto Confúcio no polo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Foi verificado que o foco das agendas paradiplomáticas na vertente educacional esteve concentrado ao ensino superior. No que tange o Instituto Confúcio, seu estabelecimento em 2015, marca a inserção de um canal direto do governo chinês nas difusões do ensino do idioma mandarim e da cultura chinesa em Campinas e região.

A outra agenda, refere-se à celebração de um convênio com cinco anos de vigência (de 2019 a 2024 podendo ser estendido), que estabelece um programa de estudo integral em iMBA (*International Master of Business Administration*) em “Empreendedorismo, Inovação e Gestão” para a *Newhuadu Business School* da Universidade de Minjiang¹⁴.

Sobre a vertente da Ciência e Pesquisa, as agendas estiveram centradas na celebração de Cartas de Cooperação (ou Intenções) entre os centros de pesquisa do município com multinacionais chinesas para o estabelecimento de laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essas agendas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs*, *outputs* e *efeedback*) do ciclo de políticas públicas.

Foram-se evidenciadas as instalações: do Centro de P&D da *Lenovo Group Limited* (2013) no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp (produzir resultados em inovação de soluções de software de empresas e tecnologia de servidores *high-end*, armazenamento de dados e tecnologias em nuvem.); dos Centros de P&D da *Huawei Technologies Company* (2014 e 2015) no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) (o primeiro visava produzir resultados e fomentar inovação em 4G; já o segundo visava produzir resultados em testes e avaliação de conformidade para novas tecnologias de acesso, redes ópticas para transmissão em alta velocidade (GPON) e núcleo de rede de alta velocidade.) e; do Centro de P&D da *Build Your Dreams Company Limited* (2017) no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp (produzir resultados em pesquisas fotovoltaicas).

Sobre a vertente da Segurança Pública, as agendas estiveram centradas na celebração do Memorando de Entendimento entre a Prefeitura Municipal de Campinas com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e a *Huawei Technologies Company*. Essas agendas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs* e *outputs*) do ciclo de políticas públicas¹⁵.

O projeto estabelecido por meio de ato internacional obteve o apoio de custeio do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disso, conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Campinas com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Em seu escopo, o projeto-piloto visa à implantação de trinta câmeras inteligentes de alta tecnologia que permitem o reconhecimento facial entre outras funcionalidades de segurança. Essas câmeras estão integradas à Central Integrada de Monitoramento de Campinas (CIMCAMP) e a Informática dos Municípios

¹⁴Esse convênio foi estabelecido por meio de um ato internacional sendo oriundo do laço de irmanação com a cidade chinesa de Fuzhou/Fujian. O programa foi iniciado em 2019 e contou com um processo seletivo para a admissão de oito bolsistas em dois anos de curso na China, com o custeio de alimentação e moradia oriundo do governo chinês.

¹⁵Foi constatado que o projeto “Safe City/ Cidade Segura Campinas” de iniciativa inédita no Brasil propõe desenvolver o conceito “*living lab*” (laboratório vivo) da *Huawei Technologies Company* para soluções avançadas em segurança pública em projetos de “*Smart Cities*”.

Associados (IMA) com o apoio operacional da Guarda Civil Municipal, da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) e da Defesa Civil de Campinas.

Sobre a vertente da Mobilidade Elétrica, as agendas estiveram distribuídas na incorporação de ônibus elétricos fabricados pelo *Build Your Dreams Company Limited* (BYD) na frota de transporte público municipal, na implantação de eletropostos da *State Grid Brazil Power Participações S.A.* – Companhia Paulista de Força e Luz Energia (CPFL Energia) e também a celebração de um estudo, por meio de um acordo de cooperação técnica, para a criação de um modelo de mobilidade elétrica no sistema de transporte público coletivo municipal entre a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), a multinacional chinesa BYD e a CPFL Energia. Essas agendas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs, outputs efeedback*) do ciclo de políticas públicas¹⁶.

O projeto Emotive de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) propôs analisar por cinco anos, os impactos da mobilidade elétrica para o setor elétrico brasileiro utilizando o contexto de Campinas e região. Esse P&D foi conduzido pela STATE GRID – CPFL Energia com o apoio institucional de Prefeitura Municipal de Campinas, BYD Company, entre outras instituições e empresas privadas. O projeto teve o financiamento de recursos do programa de P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹⁷.

Em consequente, houve a celebração de um acordo de cooperação técnica propondo a criação de um modelo de Mobilidade Elétrica no sistema de transporte público coletivo municipal. Esse acordo cabia que a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) fosse responsável pelo fornecimento de informações referentes ao funcionamento do sistema de transporte público no município. Também cabia que a BYD Company fosse responsável pelo fornecimento de informações referentes aos ônibus elétricos (produção, custeio, manutenção e infraestrutura para recarga) e, além disso, a STATE GRID – CPFL Energia era responsável pelo fornecimento de informações sobre a rede de infraestrutura elétrica para o carregamento desses ônibus. Destaca-se que os resultados, de caráter inicial, serão utilizados pela EMDEC no sistema BRT (*Bus Rapid Transit*) e, também, na área da região central da cidade, com aproximadamente três km² e perímetro de sete km (Área Branca)¹⁸.

Sobre a vertente da Saúde Pública, as agendas estiveram centralizadas no período inicial da pandemia da covid-19, quando os governos locais ao redor do mundo buscaram a cooperação como uma das alternativas para o enfretamento da pandemia da covid-19. Em virtude disso, Campinas recebeu doações de insumos hospitalares de atores subestatais e não estatais chineses como forma de reforçar a solidariedade e os laços de amizade entre os povos. Essas agendas estiveram englobadas nas etapas (*withinputs, outputs efeedback*) do ciclo de políticas públicas.

Foi constatada a presença de três cidades irmãs chinesa (Fuzhou/Fujian; Dongguan/Cantão; Jiangmen/Cantão) que cooperaram com um total de 105 mil máscaras de proteção para o enfrentamento do coronavírus. Ademais, Campinas contou com a solidariedade de duas câmaras de cooperação bilateral (IBRACHINA e do Centro de

¹⁶ Foi verificado que o município se empenhou na elaboração de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio de um conceito “*living lab*” (laboratório vivo) explorando ferramentas que permitam iniciar uma transição para as energias limpas, em especial, aos veículos movidos à eletricidade. Essas estratégias estiveram centradas na execução do projeto Emotive e do acordo de cooperação técnica.

¹⁷ Destaca-se a criação do primeiro corredor intermunicipal para veículos elétricos no Brasil, ligando Campinas, Jundiaí e São Paulo e, em decorrência disso, foram instalados vinte e cinco eletropostos, sendo oito em locais públicos em Campinas.

¹⁸ Em virtude do transcorrer desses dois estudos técnicos, Campinas incorporou quinze ônibus 100 % elétricos à frota de transporte público do coletivo, sendo esses veículos de fabricação e tecnologia da BYD Company.

Intercâmbio Shanghai) que contribuíram com 20 aventais de proteção, mil máscaras de proteção e 110 totens dispersadores de álcool em gel e, sobretudo, a STATE GRID- CPFL Energia cooperou com 60 mil máscaras de proteção. Destaca-se o empenho da equipe do órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas para a concretização da doação desses insumos hospitalares que foram distribuídos na rede pública municipal de saúde e teve um papel essencial para o município no combate a pandemia da covid-19.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, pela pesquisa realizada, que a atuação governamental de Campinas/SP com os atores da China, num contexto de cooperação e consecução de políticas públicas têm contribuído para o desenvolvimento local na medida em que as relações bilaterais entre os Estados nacionais periféricos e emergentes tem se intensificado ao transcorrer dos anos. Essa intensificação da parceria estratégica tem propiciado e encorajado que os governos locais, especialmente as metrópoles regionais, utilizem da paradiplomacia como alternativa para operar frente o surgimento de novas agendas de politização nos contextos internacionais, globalizados e regionalizados.

O surgimento dessas novas agendas de política externa fez-se necessário para a criação de um órgão de Relações Internacionais no município que competisse, planejasse e executasse diretrizes estratégicas em concomitância com o processo de internacionalização do município. Esse processo de internacionalização de Campinas ocorreu em virtude do exitoso desenvolvimento e da eficiente exploração de suas potencialidades locais. Esse processo de desenvolvimento local necessita ocorrer de maneira contínua, tendo em vista os desafios que surgem a todo instante nos grandes centros urbanos, conduzido, essencialmente, pelo fenômeno da globalização.

A estratégia adotada na exploração das potencialidades locais culminou na ênfase da metrópole de Campinas, em seu reconhecimento como polos de ciência, tecnologia e inovação; turismo de negócios e; turismo do agronegócio. Os reconhecimentos adquiridos nesses eixos, somando-se a desenvoltura de uma gestão pública eficiente, construída ao longo de décadas, possibilitou que a metrópole de Campinas obtivesse premiações e notoriedades na qualidade do serviço público prestado em eixos, que a propiciam para as vocações de uma cidade inteligente, sustentável, resiliente e internacional.

E inerentemente, o fenômeno da globalização torna-se um vetor chave para que o fenômeno paradiplomático esteja cada vez mais presente como uma ferramenta para que os gestores públicos a utilizem de maneira afortunada e eficiente. A utilização da paradiplomacia como um instrumento para buscar soluções para as novas demandas e problemas públicos existentes em Campinas tem sido manuseada de maneira gradativa. Isso ocorre na medida em que os gestores públicos constatarem o fortalecimento das relações bilaterais, sendo na crescente participação de novos atores nas agendas, assim como, da diversificação de possibilidades e áreas setoriais das políticas públicas que podem ser cada vez mais exploradas.

Esse fortalecimento das relações sino-brasileiras em Campinas ocorreu em sua significativa representatividade através da cooperação técnica descentralizada entre os gestores públicos de ambos os países, assim como da interação com o sistema político (executivo e legislativo) de Brasil e China; do fomento ao comércio exterior e pela busca de investimentos de capital estrangeiro no município; da possibilidade do município em adaptar-se como uma espécie de “*living lab*” para novas tecnologias de multinacionais chinesas que almejam mostrar resultados e comercializá-los para o mercado brasileiro entre os governos locais e regionais; do estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento dessas multinacionais; e da cooperação entre os povos por vias fraternas, solidárias e culturais.

Ainda que se necessite do estabelecimento de um arcabouço jurídico brasileiro, o Ministério de Relações Exteriores tem dado respaldo às ações dos governos locais no âmbito internacional. O estabelecimento dessa estrutura, de maneira gradativa, propiciará segurança jurídica para que outros governos locais desenvolvam suas agendas e celebrem atos internacionais.

Todavia, em concomitância com a ótica dos gestores que foram entrevistados e que estiveram na condução do órgão de Relações Internacionais, constata-se uma crescente difusão de agendas de política externa com os atores subestatais e não estatais desde que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em 2009 - isso se tornou conspícuo por meio do amadurecimento dessas relações que nasceram em 1994, sendo decorrente de sua intensificação ao longo dos anos. Essa intensificação ocorreu em grande parte, sendo mais por força da internacionalização da economia chinesa, do que meramente da economia brasileira, fato que propiciou que os atores subestatais e não estatais chineses que se identificaram com as potencialidades locais da metrópole regional, viessem a Campinas propondo a cooperação mútua, assim como, escolhessem Campinas em contexto sul-americano para investimentos financeiros que continuam gerando economia e renda à localidade. Além do mais, possibilitou que atores intermediários tivessem um papel essencial no fortalecimento desses canais de comunicação, assim como, contribuíssem para o intercâmbio econômico e sociocultural entre os povos.

Em razão disso, a utilização da paradiplomacia como um instrumento da gestão pública possibilitou a exploração e a difusão de agendas de política pública em nove áreas setoriais: a Gestão e Governança; o Comércio Exterior; o Esporte; a Cultura; a Educação Pública; a Ciência e Pesquisa; a Segurança Pública; a Mobilidade Elétrica e; a Saúde Pública. Além do mais, destaca-se que as relações bilaterais de Campinas com os atores estatais chineses têm avançado numa espécie de institucionalização externa da metrópole regional dentro das localidades sino que possuem irmanação e cooperação mútua. Essa presença física de escritórios de representação internacional buscará fortalecer e expandir a internacionalização da economia campineira e propiciará a celebração de novos atos internacionais, assim como configurará um passo importante no amadurecimento dessas relações que, cada vez mais, se difundem para novas áreas setoriais das políticas públicas.

Em contrapartida, com o surgimento da pandemia da covid-19 até o término dessa pesquisa, observa-se que as relações bilaterais estiveram centralizadas na cooperação solidária na área da Saúde Pública. Isso pode ser compreendido facilmente pelo direcionamento dos esforços dos governos locais no enfrentamento da pandemia, além de que, gerou-se uma desaceleração da economia local, conseqüentemente, da busca de novas atratividades de investimentos privados e de fomento ao comércio exterior local.

Por fim, verifica-se que o papel dos gestores públicos que conduziram o Órgão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Campinas na elaboração de diretrizes que visavam atender as demandas que surgissem nas agendas de política externa foi exercitado de maneira expressiva e eficiente. Sobretudo, a metrópole regional de Campinas tem explorado e utilizado da paradiplomacia, como um instrumento gerador de alternativas para resolver problemas públicos e atender às demandas que surgem dentro da arena internacional em que, esse contexto de mundo, está cada vez mais interdependente e complexo.

6. REFERÊNCIAS

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **30 ANOS DA ABC: Visões da cooperação internacional brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017.

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica.**/ Henrique Altemani. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso.** Cadernos de pesquisa, Rio de Janeiro, v. 36, n° 129, setembro/dezembro, 2006, p. 637-651.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2002.

BARBOSA, Lorena Brandão. **Atores subnacionais e as contribuições da paradiplomacia como instrumento de políticas públicas: uma reflexão sobre as relações entre Minas Gerais e Piemonte.** 2008. 48 f. Monografia – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

BATISTA, Sinoel. **A paradiplomacia e seus atores nas políticas públicas locais na América Latina. Experiências de São Paulo e Montevideú.** 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)** / Danielly Silva Ramos Becard. – Brasília: FUNAG, 2008.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro** / Lindomar Wessler Boneti. 3ª ed. rev. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. – 104 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo 4ª. Título I. Dos Princípios Fundamentais.** Estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios.

_____. Constituição (2005). **Proposta de Emenda à Constituição nº 475, de 03 de novembro de 2005.** Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** / Sergio C. Buarque. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4ª ed.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Portal de Notícias da CMC. 2009 – 2020.** 2021.

CAMPINAS. **240 anos de história** / Luiz Guilherme Fabrini, Marco Aurélio Capitão, Nilson José Ribeiro e Wilson Lima. 1ª ed. 2014.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais** / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

CHEDIEK, Jorge. **30 ANOS DA ABC: Visões da cooperação internacional brasileira.** Brasília: FUNAG, 2017. p. 41-75.

CUNHA, A. Tedeschi. **Parcerias Estratégicas da China, sua Lógica Dual e seus Frames: Abordagem Interativa sobre o Papel Internacional Chinês**. Aline Tedeschi da Cunha. Marília, 2018. p. 465.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012. (e-book).

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

EASTON, D.A **Framework for Political Analysis Englewood Cliffs**: Prentice Hall. 1965.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise da política externa brasileira**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva 2011. (e-book).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198.p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Rio de Janeiro. Atlas, 2019.

GOVERNO FEDERAL. ABC – **Agência Brasileira de Cooperação**.

_____. COMEX STAT.

_____. IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

_____. MRE – **Ministério de Relações Exteriores**.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. **Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas**. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, 2018.

JINPING, Xi. 1953. **A governança da China**. Vol. 1./ Xi Jinping, tradução. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019. 568 p. 24 cm.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, São Paulo n. 83, 1/2017 (publicada em fevereiro de 2018).

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and interdependence: world politics in transition**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How Cleveland**. Meridian Books. 1936.

MERCHER, Leonardo; PEREIRA, Alessandro. E. **Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro**. Rev. Carta Inter. Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2018, p. 195-222.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Letícia. “**Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública**”. In. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho, 2013. p. 11-41.

NALINI, Renato José; NETO, Wilson L. B. da Silva. **Cidades inteligentes e sustentáveis / Tatiana Tucunduva P. Cortese, Cláudia Terezinha Kniess, Emerson Antonio Maccari, (orgs.). – Barueri, SP: Editora Manole, 2017. p. 3-20.**

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. **Cooperação técnica internacional: aportes teóricos**. Revista Brasileira de Política Internacional, 54 (2): 5-21 [2011].

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation**. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. DCI – **Departamento de Cooperação Internacional de Campinas**.

_____. – **Portal de Notícias da PMC. 2009 – 2020**. p.1-1004. 2021.

PINTO, I. C. C.; GONCALVES, F. C. N. I. . **Relações Bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica**. BOLETIM HISTORIAM, v. 6, p. 32-49, 2019.

PRIETO, Noé Cornago. **O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental**. In: VIGEVANI, T. et al. (Org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. / Maria Clotilde Meirelles Ribeiro. – Salvador: M.C.M. Ribeiro, 2009. Edufba. 212 f.

RIZZI, Kamilla Raquel; ANTUNES, Diego F. Barbosa. **Desenvolvimento e segurança na política externa brasileira: considerações teóricas e empíricas dos governos Lula e Dilma (2003-2016)**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.6, n.12, Jul./Dez. 2017 | p.222-253.

RODRIGUES, Gilberto M. Antonio. **Política externa federativa: análise de ações internacionais de estados e municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: CEBRI-Tese, 2006.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha Explica).

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas – Conceitos e Teorias**. V.1. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas – IGEPP. Brasília, 2013.

SEBRAE SP. **Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas**. Organização de Ricardo W. Caldas e Silvério Crestana. São Paulo: SEBRAE, 2005.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concurso**. 3ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SENHORAS, Elói Martins. **A internacionalização empresarial e a paradiplomacia corporativa nas relações econômicas internacionais**. Meridiano 47 n. 116, mar. 2010.

SILVA, Danielle C. da Silva. **Política externa é política pública: reflexões sobre a política externa brasileira**. Revista NEIBA. Volume IV, nº1, agosto, 2015.

SILVA, Fernando Henrique Da. **Nan Meizhou: histórias sobre a imigração chinesa em Campinas**. 1ª ed. Campinas, SP. 2020.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and international relations**. The role of subnational units. Reino Unido: Oxford University Press, 1990.

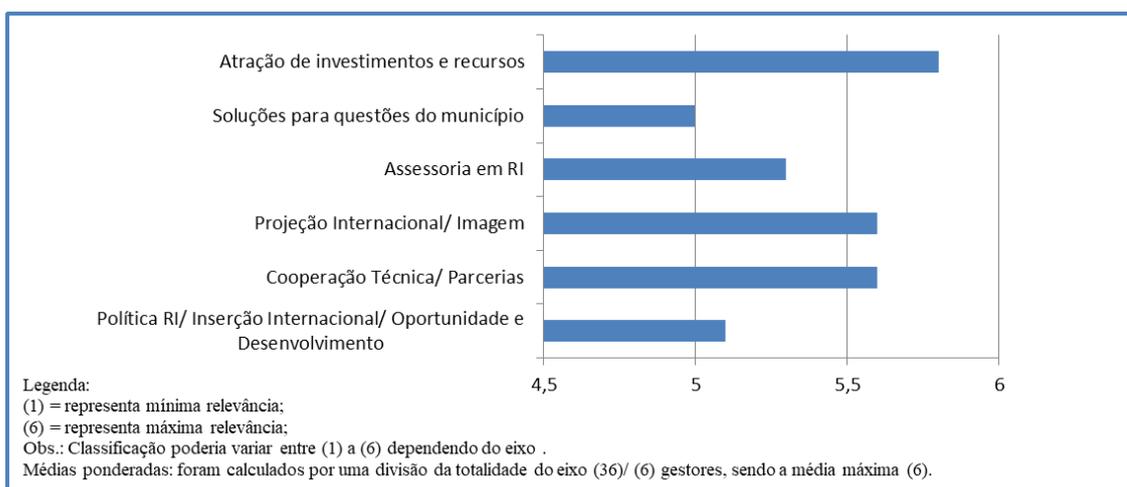
Yin, Robert K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 5ª ed. Porto Alegre (RS): Bookman. 290 p. 2015.

_____. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; Revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso. 2016.

APÊNDICES 1 – GRÁFICOS SOBRE AS RELAÇÕES DE CAMPINAS COM A CHINA

Estes gráficos ilustram, de maneira mais detalhada, as questões envolvidas no questionário padrão inseridas no tópico 4.3 dessa pesquisa.

A. AS MISSÕES PROPOSTAS AO ÓRGÃO DE RI DA PMC



Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 11 (2021).

B. AS MOTIVAÇÕES DO ÓRGÃO DE RI NAS RELAÇÕES BILATERAIS COM A CHINA



Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 12 (2021).

C. AS MOTIVAÇÕES DOS ATORES ESTATAIS DA CHINA NAS RELAÇÕES BILATERAIS COM CAMPINAS



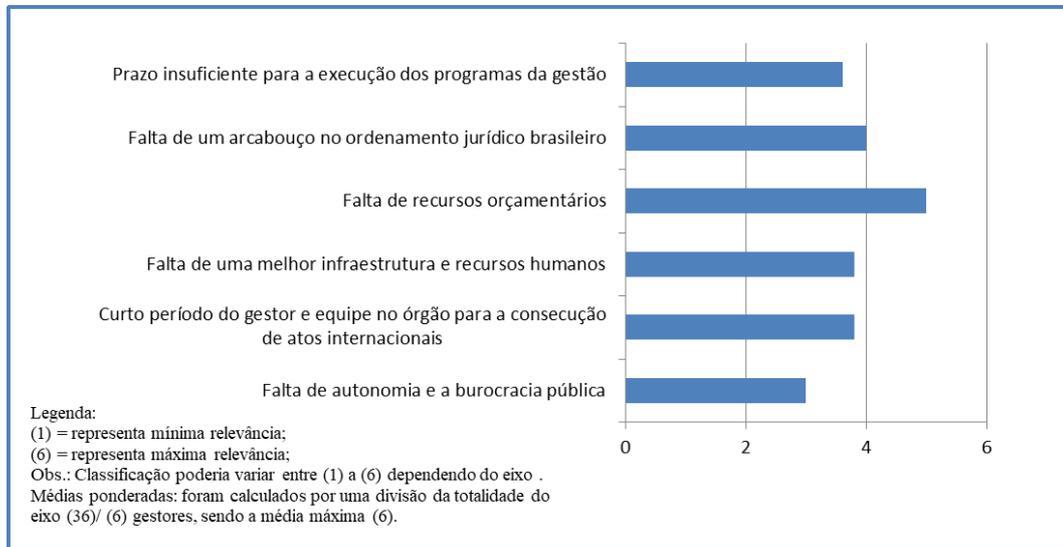
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 13 (2021).

D. AS MOTIVAÇÕES DOS ATORES NÃO ESTATAIS DA CHINA NAS RELAÇÕES BILATERAIS COM CAMPINAS



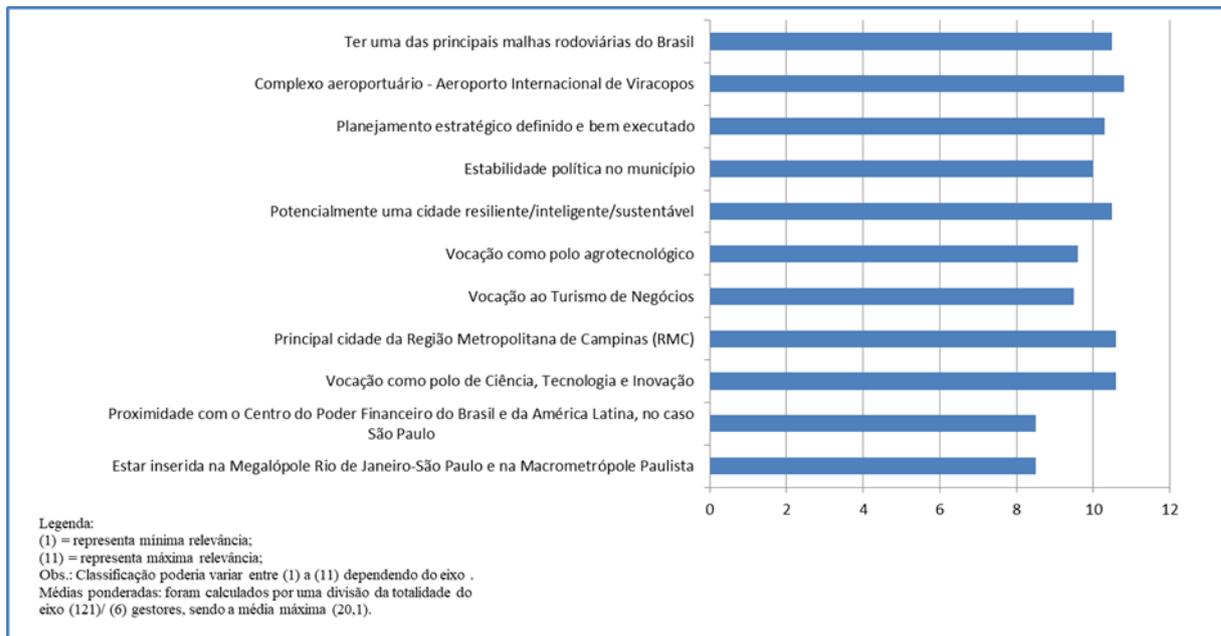
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 14 (2021).

E. FATORES DE ENTRAVES/ DIFICULDADES POLÍTICAS PARA AS AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS



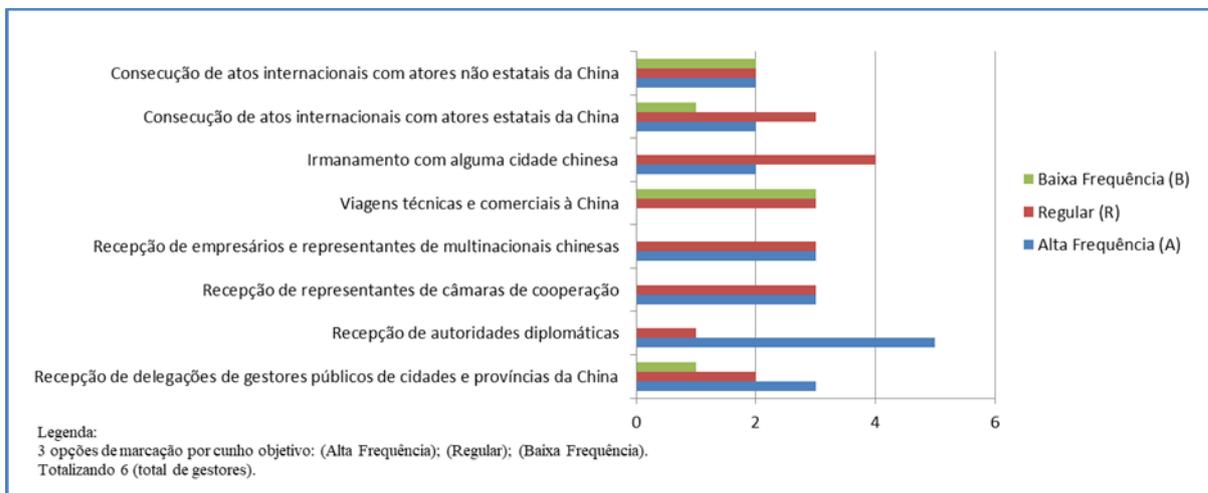
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 16 (2021).

F. FATORES FACILITADORES PARA AS AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS



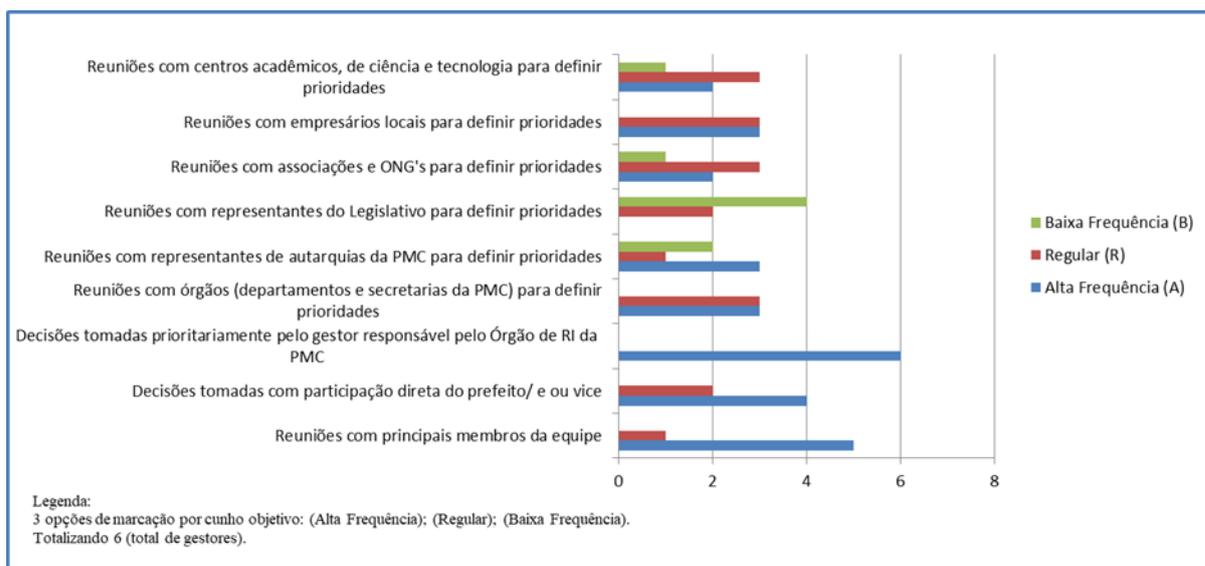
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 17 (2021).

G. FREQUÊNCIA DAS AGENDAS PARADIPLOMÁTICAS



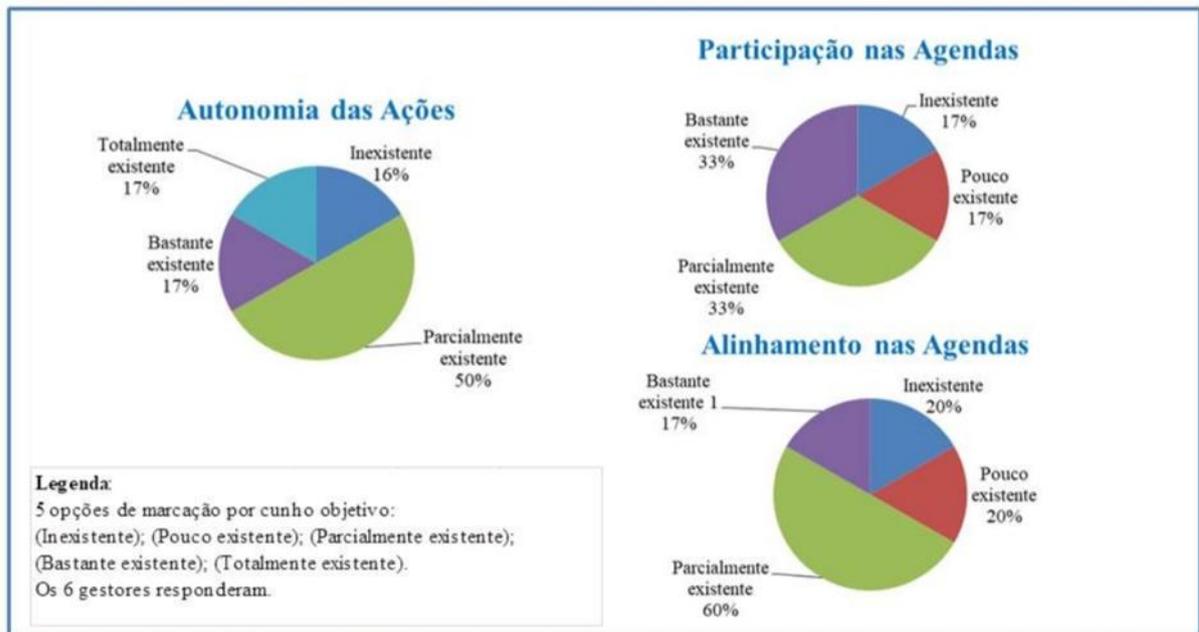
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 15 (2021).

H. FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATORES LOCAIS NAS AGENDAS



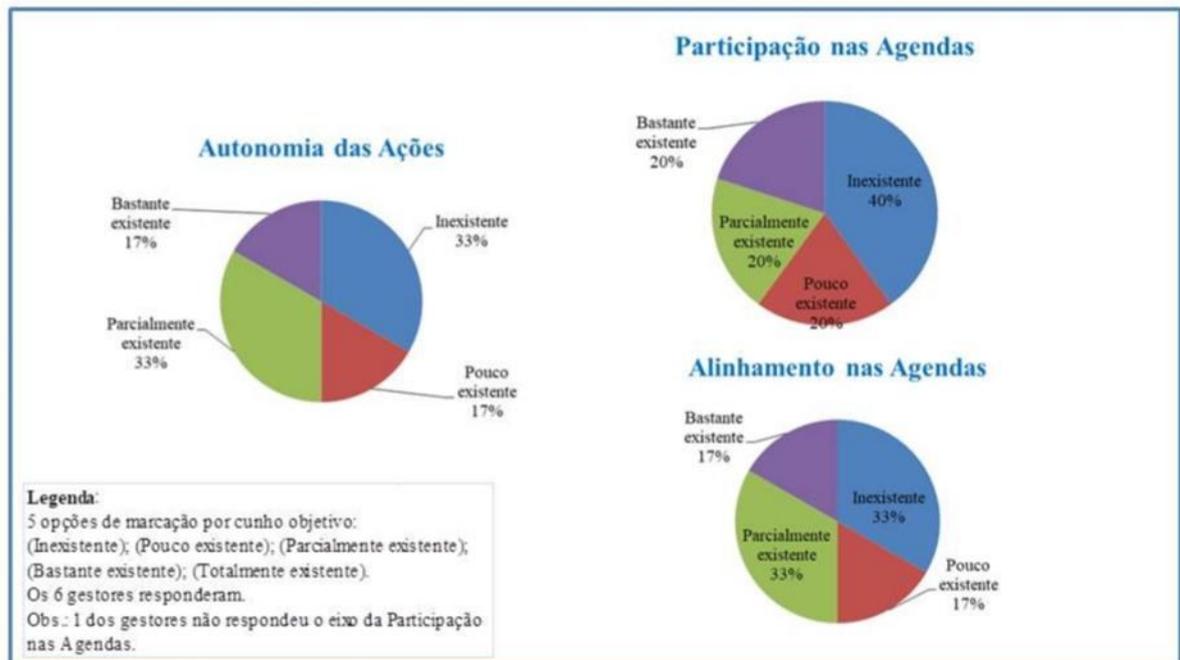
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 18 (2021).

I. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NAS RELAÇÕES CAMPINAS-CHINA



Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 5 (2021).

J. GOVERNO FEDERAL (MRE) NAS RELAÇÕES CAMPINAS-CHINA



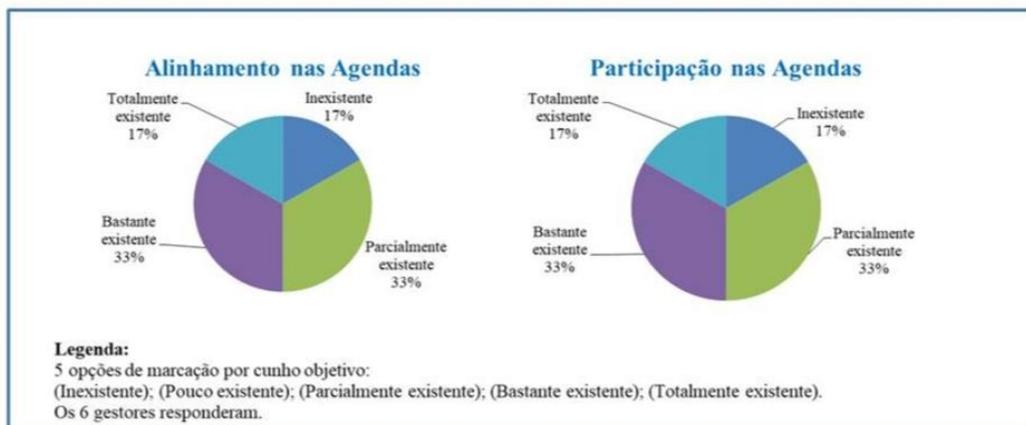
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 6 (2021).

K. CONSULADO GERAL CHINÊS EM SP NAS RELAÇÕES CAMPINAS-CHINA



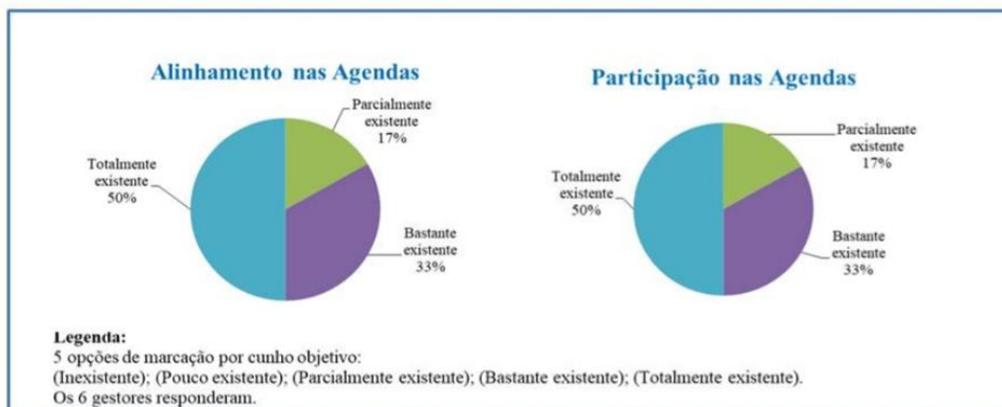
Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 7 (2021).

L. ASSOCIAÇÃO ALIANÇA BRASIL-CHINA DE CAMPINAS E RMC NAS RELAÇÕES CAMPINAS-CHINA



Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 8 (2021).

M. CÂMARA BRASIL-CHINA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CBCDE) NAS RELAÇÕES CAMPINAS-CHINA



Fonte: elaborado pelo autor a partir da questão 9 (2021).